EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP 019/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1119/2026

O Fundo Municipal de Saúde do Município de Buriti de Goiás, Estado do Goiás, torna público, para conhecimento dos interessados, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, que realizará a licitação na modalidade **PREGÃO,** na forma **ELETRÔNICA, SOB O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS,** com critério de julgamento por **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, na Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, e as exigências estabelecidas neste Edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ: às 08:00 horas do dia 10 de setembro de 2026.

ABERTURA DA SEÇÃO PÚBLICA: às 08:01 horas do dia 10 de setembro de 2026.

INÍCIO DA FASE DE LANCES/DISPUTA: às 09:01 horas do dia 10 de setembro de 2026.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF.

ENDEREÇO: As propostas serão recebidas exclusivamente por meio eletrônico no endereço: Bolsa Nacional de Compras – BNC, no site https://bnc.org.br/.

DO OBJETO

1.1. Registro de Preço, para contratação, sob demanda, de empresa especializada no fornecimento de medicamentos e insumos laboratoriais, hospitalares e odontológicos, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Buriti de Goiás, através dos Processos nº 202300010003085 e Processo nº 202300006013504 conforme especificações constantes nas planilhas e Termo de Referência – Anexo I, do Edital.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.2.1. Nos termos da Lei 14.133/2021 e do artigo 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, o objeto licitado será destinado à participação ampla (cujo valor do item esteja acima de 80.000,00) e participação exclusiva para microempresas (ME) e Empresas de Pequeno porte (cujo valor do item seja de até 80.000,00).

1.3. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR ITEM**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.3. O valor máximo estimado da contratação é de **R$ 653.342,12 (seiscentos e cinquenta e três mil, trezentos e quarenta e dois reais e doze centavos).**

1.3.1. As despesas decorrentes da eventual contratação serão custeadas com recursos oriundos dos Processos nº 202300010003085 e nº 202300006013504, observada a disponibilidade orçamentária e financeira do Município.

1.4. Em caso de discrepância entre as especificações deste objeto descritas no sistema Portal-Bolsa Nacional de Compras – BNC www.bnc.org.br e as constantes deste edital, prevalecerão as últimas.

ASSINADO DIGITALMENTE POR MARCO ANTONIO DE LIMA SILVA EM 26/08/2026 ÀS 15:32:39.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas decorrentes da execução do contrato correrão à conta dos Recursos orçamentários oriundos do Orçamento de 2026, Recursos ordinários conforme a seguir:

Secr. de Saúde 01.28.2.081.10.122. 3.3.90.30 - Ficha 200;

Atenção Básica 01.28.2.073.10.301.3.3.90.30 - Ficha 218;

SAMU 01.28.2.102.10.302.3.3.90.30 - Ficha 244;

Hospitalar 01.28.2.074.10.302.3.3.90.30 - Ficha 235.

2.2. A cada exercício financeiro, deverá ser confirmada a disponibilidade de créditos orçamentários.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do Registro Cadastral no Portal- Bolsa Nacional de Compras – BNC www.bnc.org.br que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA PREGÃO, em sua FORMA ELETRÔNICA.

3.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Portal- Bolsa Nacional de Compras – BNC www.bnc.org.br e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Portal- Bolsa Nacional de Compras – BNC www.bnc.org.br.

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.2.1. Nos termos da Lei 14.133/2021 e do artigo 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, o objeto licitado será destinado à participação ampla (cujo valor do item esteja acima de 80.000,00) e participação exclusiva para microempresas (ME) e Empresas de Pequeno porte (cujo valor do item seja de até 80.000,00).

4.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.3.1. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.3.2. Pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

4.3.3. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.3.4. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.3.5. Suspensos de participar de licitações e impedidos de contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta Municipal, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei n. 14.133/2021;

4.3.6. Declarados inidôneos para icitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n. 14.133/2021;

4.3.7. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;

4.3.8. O impedimento de que trata o item 4.3.1 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.3.9. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.4. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.4.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.4.1.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.4.1.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.4.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.4.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.4.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.4.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

4.4.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4.4.7. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4.8. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.9. Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. GARANTIA DA PROPOSTA, DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema;

5.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.7. Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5.8. Nos termos do art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021, a Garantia da Proposta, limitada a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, será calculada individualmente sobre o valor total da proposta apresentada pela licitante para os itens em que participar, considerando-se exclusivamente os itens para os quais tenha apresentado proposta. A garantia deverá ser prestada pela licitante em uma das modalidades previstas no § 1º do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo:

a) Fiança bancária;

b) Caução em dinheiro ou em bens;

c) Seguro-garantia;

d) Outras formas admitidas pela legislação vigente.

5.8.1. A não apresentação da garantia de proposta, na forma e prazo estipulados neste Edital, implicará na desclassificação do licitante.

5.8.2. A garantia deverá ser mantida válida durante todo o período de vigência da proposta, conforme estabelecido no Edital, e será devolvida ao licitante no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato ou a declaração de que a licitação foi fracassada.

5.8.3. Caso o licitante vencedor se recuse a assinar o contrato ou não apresente os documentos exigidos para formalização da contratação no prazo estabelecido neste Edital, a garantia de proposta será executada integralmente, conforme previsto no § 3º do art. 58 da Lei nº 14.133/2021.

5.8.4. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato ou a declaração de que a licitação foi fracassada, conforme o disposto no § 2º do art. 58 da Lei nº 14.133/2021.

5.9. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, o qual será convocado em campo próprio do sistema.

5.10. Após convocação via sistema, o licitante melhor classificado terá o prazo de até 30 (trinta) minutos para envio dos documentos de habilitação.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e total do item;

6.1.2. Marca;

6.1.3. Fabricante;

6.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R$ 0,01 (hum centavo).

7.9 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.10 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.12 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.13 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a vinte minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes do certame, publicada no Portal- Bolsa Nacional de Compras – BNC www.bnc.org.br, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.18. O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.

7.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.25. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.26. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será:

7.26.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.26.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstas nesta Lei;

7.26.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento específico;

7.26.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

7.26.5. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.26.6. Empresas estabelecidas no território no território do Estado em que este se localize;

7.26.7. Empresas brasileiras;

7.26.8. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.26.9. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.27. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.27.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.27.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (DUAS) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.28. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação no edital, e verificará a habilitação do licitante conforme disposições deste edital,

8.2. O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.

8.3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.3.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de no prazo de 02 (DUAS) horas sob pena de não aceitação da proposta.

8.6.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.6.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.6.3. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 03 (TRÊS) dias úteis contados da solicitação.

8.6.3.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.6.3.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.6.3.3. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.6.3.4. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.6.3.5. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

8.6.3.6. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 10 (dez) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

8.6.3.7. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

8.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.8. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.9. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.9.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.10. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.11. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Encerrada a análise e aceitação da proposta de preço, o licitante melhor classificado será convocado via chat para apresentar os documentos de habilitação no prazo de até 30 (trinta) minutos, os quais deverão ser enviados via sistema Portal- Bolsa Nacional de Compras – BNC www.bnc.org.br .

9.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.3. Possuir Cadastro do Portal- Bolsa Nacional de Compras – BNC www.bnc.org.br.

9.4. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);

9.5. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

9.6. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0

9.7. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.8. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. 9.9. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.10. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.11. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.12. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.13. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do Portal- Bolsa Nacional de Compras – BNC www.bnc.org.br, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica.

9.14. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do Portal- Bolsa Nacional de Compras – BNC www.bnc.org.br, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.15. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (DUAS) HORAS, sob pena de inabilitação.

9.16. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.17. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.18. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.19. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.20. Ressalvado o disposto no item 5, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.21. Habilitação jurídica:

9.21.1. As participantes, em se tratando de Sociedades Comerciais, deverão apresentar devidamente registrados no Órgão de Registro do Comércio local de sua sede os respectivos Contratos Sociais e todas as suas alterações subsequentes ou o respectivo instrumento de Consolidação Contratual em vigor, com as posteriores alterações, se houver;

9.21.2. As participantes, em se tratando de Sociedades Civis, deverão apresentar os seus respectivos Atos Constitutivos e todas as alterações subsequentes em vigor, devidamente inscritos no Cartório de Registro Civil, acompanhados de prova da diretoria em exercício;

9.21.3. As participantes, em se tratando de Sociedades por Ações, deverão apresentar as publicações nos Diários Oficiais dos seus respectivos Estatutos Sociais em vigor, acompanhados dos documentos de eleição de seus administradores.

9.21.4. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;

9.21.5. Para as sociedades empresárias: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.21.6. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.22. Regularidade fiscal e trabalhista:

a) CNPJ - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

b) INSCRIÇÃO ESTADUAL - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS FEDERAIS - Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante certidão conjunta negativa de débitos, ou positiva com efeitos de negativa, relativos aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo inclusive a regularidade das contribuições previdenciárias e de terceiros;

d) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante;

e) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

f) CERTIDÃO REGULARIDADE RELATIVA AO FGTS - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS;

g) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTA - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) obtida no site: www.tst.jus.br/certidao1, ou certidão positiva com efeitos de negativa.

9.22.1. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.23. Qualificação Econômico-Financeira.

9.23.1. Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

9.23.2.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, registrado na Junta Comercial do Estado que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. A comprovação da boa situação financeira que se trata este item será apurada mediante a obtenção do índice de liquidez geral maior ou igual a 01(um), devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço, cuja apuração dar-se-á através das seguintes fórmulas:

Índice de Liquidez Geral - ILG, maior ou igual a 1:

$$LG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP}$$

Índice de Solvência Geral - ISG, maior ou igual a 1:

$$ISG = \frac{AT}{PC + ELP}$$

Índice de Liquidez Corrente - ILC, maior ou igual a 1:

ILC = AC

PC

Índice de Endividamento Geral - IEG, menor ou igual a 0,1:

IEG = PC + ELP

AT

Onde:

AC= Ativo Circulante

PC= Passivo Circulante

ELP= Exigível a Longo Prazo

AT= Ativo Total

LRP = Realizável a Longo Prazo

9.23.3. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

9.23.4. As empresas constituídas no ano em exercício independente de sua forma societária e regime fiscal, será exigida apenas a apresentação do Balanço de Abertura.

9.24. Qualificação Técnica

As empresas deverão apresentar:

a) AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO expedida pela ANVISA/GO – Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Ministério da Saúde, conforme estabelece o Art.21 da Lei Federal n°5991, de 17 de dezembro de 1973.

b) ALVARÁ SANITÁRIO OU LICENÇA SANITÁRIA válido para o ano vigente (documento a ser emitido pela Vigilância Sanitária da sede da licitante).

Obs. 1: Quando se mostrar inviável a apresentação do documento em questão, será admitida a apresentação de um documento complementar (também emitido pelo órgão de vigilância sanitária competente) comprovando a prorrogação do prazo de validade do documento. Na ocorrência desta situação, a licitante deverá apresentar além do documento (Alvará Sanitário ou a Licença Sanitária) que esteja vencido, o outro documento (declaração) que comprove a prorrogação do prazo de validade de seu documento (Alvará Sanitário ou Licença Sanitária);

Obs. 2: Quando se tratar de empresa recém constituída será admitida a apresentação do protocolo de solicitação do documento (Alvará Sanitário ou Licença sanitária competente). Neste caso, o documento deverá ser apresentado ao Gestor do Contrato, quando solicitado, sob pena de ser punido com as medidas cabíveis;

Obs. 3: Nos casos em que a empresa licitante seja considerada isenta da apresentação do Alvará Sanitário ou da Licença Sanitária, a licitante deverá fazer prova de sua isenção por meio de documento expedido pelo órgão sanitário competente;

Obs. 4: A não apresentação do documento (Alvará Sanitário ou Licença Sanitária) ou ainda da declaração ou protocolo de entrada, fará presumir que a licitante não possui o documento, ou que não possui condições de revalidação, o que poderá ser motivo da inabilitação da participante;

Obs. 5: Será admitida a apresentação do documento (Alvará Sanitário ou Licença Sanitária) da sede da licitante, naqueles casos em que a licitante ainda não possua sede ou filial no Município de Buriti de Goiás. Neste caso a participante não estará dispensada da apresentação do documento, apenas terá que apresentar o documento a ser emitido pela Vigilância Sanitária de Buriti de Goiás ao Gestor do Contrato, quando solicitado, sob pena de ser punido com as medidas cabíveis;

Obs. 6: Os termos, Alvará Sanitário ou Licença Sanitária significam a mesma coisa. A previsão das duas nomenclaturas se dá tão somente pelo fato de que há divergências de designação por localidade, contudo, a licitante deverá ter em mente que deverá apresentar um documento que comprove que ela adota as medidas cabíveis de asseio e vigilância sanitária no acondicionamento ou manuseio de seus produtos.

d) Certificado de Responsabilidade Técnica expedido pelo Conselho Regional de Farmácia, dentro do prazo de validade, conforme exigência normativa para empresas que atuem na área de saúde ou comércio de medicamentos e correlatos;

9.24.1. Apresentação de pelo menos um Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão da licitante para o desempenho de atividade compatível com o objeto licitado. O atestado deverá conter, no mínimo:

- Identificação da entidade emitente e do responsável técnico que o subscreve;
- Identificação da licitante;
- Descrição clara dos produtos ou materiais fornecidos, compatíveis com o objeto desta licitação;
- Comprovação da entrega satisfatória dos bens fornecidos.

9.24.2. Informações eventualmente ausentes no atestado poderão ser complementadas mediante apresentação de cópias autenticadas de contratos ou notas fiscais correspondentes.

9.25. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal, social e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.25.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.26. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser

prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.27. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.28. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.29. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.30. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.31. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (DUAS) HORAS a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS

11.1. Cabe recurso em face de:

11.1.1. Julgamento das propostas;

11.1.2. Ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

11.1.3. Anulação ou revogação da licitação.

11.2. Nos recursos de julgamento das propostas e de ato de habilitação ou inabilitação de licitante serão observadas as seguintes disposições:

11.2.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais de 3 (três) dias úteis será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei n. 14.133/2021, da ata de julgamento;

11.2.2. A apreciação se dará em fase única.

11.2.3. Declarado o vencedor, o pregoeiro abrirá prazo de 30 (trinta) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema eletrônico, manifestar sua intenção de recurso.

11.2.4. A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza o pregoeiro a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

11.2.5. Não será admitida intenção de recurso de caráter protelatório, fundada em mera insatisfação do licitante, ou baseada em fatos genéricos.

11.2.6. O pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema eletrônico.

11.2.7. O licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso em campo próprio do sistema no prazo de 3 (três) dias úteis, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr a partir do término do prazo do recorrente.

11.2.8. Para justificar sua intenção de recorrer e fundamentar suas razões ou contrarrazões de recurso, o licitante interessado poderá solicitar vista dos autos a partir do encerramento da fase de lances.

11.2.9. As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pelo pregoeiro serão a ele dirigidos, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.2.10. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos Portal- Bolsa Nacional de Compras – BNC www.bnc.org.br, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

15. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

15.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

15.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (CINCO) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (CINCO) dias, a contar da data de seu recebimento.

15.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

15.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

15.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

15.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de extinção do contrato são aquelas previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos no artigo 139 da mesma Lei.

15.4. O prazo do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data da sua publicação, podendo ser prorrogado sucessivamente nos termos do art. 107, da Lei 14.133/2021.

15.5. Previamente à contratação a Administração realizará consultas para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

15.6. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

15.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

16. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

16.1. Os preços contratados serão fixos e irreajustáveis, pelo período de 12 (doze) meses a partir da data do orçamento estimado.

16.2. O valor do contrato será fixo e irreajustável, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento da contratada, após o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite do orçamento estimado, pela variação do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), tomando-se por base a data da apresentação da proposta.

16.3 - A periodicidade do reajuste é anual, aplicado somente aos pagamentos de valores referentes a eventos físicos realizados a partir do 1° (primeiro) dia imediatamente subsequente ao término do 12º (décimo segundo) mês e, assim, sucessivamente, contado desde a data da apresentação da proposta e de acordo com a vigência do contrato.

16.4 - Após a aplicação do reajuste nos termos deste documento, o novo valor da parcela ou saldo contratual terá vigência e passará a ser praticado, pelo próximo período de 01 (um) ano, sem reajuste adicional e, assim, sucessivamente, durante a existência jurídica do contrato.

16.5. Ocorrendo o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente, nos termos do Art. 124, Inciso II, Alínea d, da Lei 14.133/2021, mediante comprovação documental e requerimento expresso do Contratado.

16.6. O reequilíbrio econômico deverá ser precedido de pesquisa de preços prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis que assegurem o levantamento adequado das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de guardar a justa remuneração do objeto contratado e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

17. DA EXECUÇÃO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

17.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

17.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

17.2.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

17.2.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

17.2.3. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

17.3. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração durante a prestação do serviço e/ou fornecimento do bem para representá-lo na execução do contrato.

17.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

17.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

17.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

17.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato nem restringir a regularização e o uso das obras e das edificações, inclusive perante o registro de imóveis, ressalvada a hipótese prevista no § 2º do art. 121 da Lei 14.133/2021.

17.6.2. Exclusivamente nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração responderá solidariamente pelos encargos previdenciários e subsidiariamente pelos encargos trabalhistas se comprovada falha na fiscalização do cumprimento das obrigações do contratado.

17.6.3. Nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para assegurar o cumprimento de obrigações trabalhistas pelo contratado, a Administração, mediante disposição em edital ou em contrato, poderá, entre outras medidas:

I - exigir caução, fiança bancária ou contratação de seguro-garantia com cobertura para verbas rescisórias inadimplidas;

II - condicionar o pagamento à comprovação de quitação das obrigações trabalhistas vencidas relativas ao contrato;

III - efetuar o depósito de valores em conta vinculada;

IV - em caso de inadimplemento, efetuar diretamente o pagamento das verbas trabalhistas, que serão deduzidas do pagamento devido ao contratado;

V - estabelecer que os valores destinados a férias, a décimo terceiro salário, a ausências legais e a verbas rescisórias dos empregados do contratado que participarem da execução dos serviços contratados serão pagos pelo contratante ao contratado somente na ocorrência do fato gerador.

17.6.4. Os valores depositados na conta vinculada a que se refere o inciso III do § 3º deste artigo são absolutamente impenhoráveis.

17.6.5. O recolhimento das contribuições previdenciárias observará o disposto no art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

17.6.6. Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado não poderá subcontratar partes do serviço.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

18.1. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

18.1. São obrigações da contratante:

18.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no contrato;

18.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens e produtos recebidos provisoriamente com as especificações constantes do contrato e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

18.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeiçoes, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

18.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

18.1.5. Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

18.1.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato,

bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

18.2. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

18.2. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

18.2.1. Executar devidamente os serviços descritos na Cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados.

18.2.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de referência e sua proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca.

18.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei no 8.078, de 1990); Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

18.2.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

18.2.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

18.2.6. Indicar preposto para representá-lá durante a execução do contrato.

18.2.7. Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que apresentou a documentação na fase de habilitação.

18.2.8. Executar todas as obrigações assumidas com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes.

19. DO PAGAMENTO

19.1. O fornecimento será realizado mensalmente, de acordo com a demanda da Secretaria Municipal de Saúde.

19.2. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (dez) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

19.3. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

19.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, nos termos do Art. 90, §21 da Lei no 14.133/2021.

19.4.1. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo,

obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á´ após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

19.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

19.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

19.7. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

19.8. Além do disposto no subitem acima, poderá a autoridade competente, na forma do art. 9º da Medida Provisória no 1.047/21, dispensar a apresentação de documentação de regularidade fiscal ou trabalhista (salvo a comprobatória de regularidade com a Seguridade Social), de forma excepcional e justificada, no caso de haver restrição de fornecedores ou prestadores de serviços.

19.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

19.10. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar no 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I. - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II. - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III.- dar causa à inexecução total do contrato;

IV. - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V. - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI. - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII. - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII. - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX. - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

X. - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

20.1. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I.- advertência;

II.- multa;

III.- impedimento de licitar e contratar;

IV.- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

V. Na aplicação das sanções serão considerados:

VI.- a natureza e a gravidade da infração cometida;

VII.- as peculiaridades do caso concreto;

VIII.- as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IX.- os danos que dela provierem para a Administração Pública;

X.- a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

20.2.3. A sanção prevista no inciso I do item 20.2, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

20.2.4. A sanção prevista no inciso II do item 20.2, calculada na forma do contrato, será de 15% (quinze por cento) do valor do contrato celebrado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021.

20.2.5. A sanção prevista no inciso III do item 20.2 deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da Prefeitura Municipal de Buriti de Goiás, pelo prazo de 3 (três) anos.

20.2.6. A sanção prevista no inciso IV do item 20.2. deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 20.2.6, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

20.2.7. A sanção estabelecida no inciso IV do item 20.2 deste termo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva do prefeito municipal.

20.2.8. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 20.2 deste termo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item.

20.2.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

20.2.10. A aplicação das sanções previstas no item 20.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

20.2.11. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 20.2 deste termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

20.2.12. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 20.2 requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

21.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

21.2. A IMPUGNAÇÃO DEVERÁ ser realizada EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA no sistema Portal- Bolsa Nacional de Compras – BNC www.bnc.org.br.

21.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo órgão de assessoramento jurídico, decidir sobre a impugnação no prazo de três dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

21.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

21.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma do edital, exclusivamente por meio eletrônico via internet, em campo próprio do Sistema Portal- Bolsa Nacional de Compras – BNC www.bnc.org.br no endereço eletrônico buritidegoiascpl@gmail.com .

21.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

21.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

21.8. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

21.9. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

21.10. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio https://buritidegoias.go.gov.br/ , sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

21.11. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

21.12. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

22. PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E RENOVAÇÃO DO QUANTITATIVO

22.1. Nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade do preço registrado. A prorrogação deverá ser formalizada por meio de termo aditivo, observando-se as disposições legais pertinentes.

22.2. Em consonância com o entendimento consolidado no Enunciado nº 42 do Conselho da Justiça Federal e respaldado pelo Parecer nº 00075/2024/Decor/CGU/AGU, a prorrogação da Ata de Registro de Preços poderá implicar na renovação dos quantitativos inicialmente registrados. Para tanto, deverão ser atendidos os seguintes requisitos:

a) Comprovação da manutenção da vantajosidade dos preços registrados;

b) Previsão expressa da possibilidade de renovação dos quantitativos no ato convocatório da licitação e na própria Ata de Registro de Preços;

c) Tratamento do tema na fase de planejamento da contratação, conforme disposto no artigo 40, inciso III, da Lei nº 14.133/2021;

d) Celebração da prorrogação por meio de termo aditivo, dentro do prazo de vigência da Ata.

22.3. A renovação dos quantitativos estará limitada ao quantitativo originalmente registrado, não sendo admitido acréscimo superior ao previsto inicialmente. A renovação deverá respeitar o planejamento anual das contratações, conforme estabelecido no artigo 12, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

22.4. A renovação dos quantitativos será formalizada por meio de termo aditivo à Ata de Registro de Preços, que deverá conter:

a) A confirmação da manutenção da vantajosidade dos preços;

b) A atualização dos quantitativos renovados;

c) A ratificação das demais condições da Ata, salvo disposições em contrário;

d) A assinatura das partes envolvidas, com a devida publicação, quando exigido.

22.5. A prorrogação da Ata de Registro de Preços e a renovação dos quantitativos deverão observar todas as disposições legais pertinentes, incluindo a Lei nº 14.133/2021 e as orientações

da Advocacia-Geral da União, garantindo a legalidade, transparência e eficiência nas contratações públicas.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

23.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

23.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

23.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: www.bnc.org.br e, também poderão ser lidos e/ou obtidos no Portal da Transparência da https://buritidegoias.go.gov.br/.

23.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;

ANEXO III– MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA;

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ME- EPP;

ANEXO V – MINUTA DO CONTRATO;

ANEXO VI– MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

Buriti de Goiás - GO, aos 21 de agosto de 2026.

MARCO ANTÔNIO DE LIMA SIVA
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP 019/2026

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1 Registro de Preço, para contratação, sob demanda, de empresa especializada no fornecimento de medicamentos e insumos laboratoriais, hospitalares e odontológicos, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Buriti de Goiás, através dos Processos nº 202300010003085 e Processo nº 202300006013504 conforme especificações constantes nas planilhas e Termo de Referência – Anexo I, do Edital, nas quantidades e exigências estabelecidas abaixo:

LOTE	SEQUENCIA	PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	COLESTEROL ENZIMÁTICO LIQUIDO	KT	30,00	R$ 148,58	R$ 4.457,40
1	2	SUGADOR DESCARTÁVEL PCT. C/ 40UND	UN	80,00	R$ 40,10	R$ 3.207,84
1	3	FIO CAT GUT CROMADO 0, COM AGULHA DE 4,5CM (CAIXA C/24 UNIDADES)	UN	10,00	R$ 103,50	R$ 1.035,00
1	4	TRIGLICÉRIDES ENZIMÁTICA LIQUIDO	UN	34,00	R$ 310,01	R$ 10.540,27
1	5	Sugador odontológico cirúrgico	caixas	10,00	R$ 19,62	R$ 196,20
1	6	FIO CAT GUT CROMADO 1, COM AGULHA DE 4,5CM (CAIXA C/24 UNIDADES)	UN	10,00	R$ 99,00	R$ 990,00
1	7	Espelho Bucal Nº 5 – Golgran	espelhos	60,00	R$ 5,73	R$ 344,04
1	8	FIO CAT GUT CROMADO 2-0, COM AGULHA DE 4,0CM (CAIXA C/24 UNIDADES)	UN	10,00	R$ 99,00	R$ 990,00
1	9	COLESTEROL HDL LIQUIDO	UN	30,00	R$ 552,09	R$ 16.562,70
1	10	FIO CAT GUT CROMADO 3-0, COM AGULHA DE 3,0CM (CAIXA C/ 24 UNIDADES)	UN	10,00	R$ 99,00	R$ 990,00
1	11	AC. FOSFÓRICO 37% SERINGA 2,5	pacotes	50,00	R$ 11,36	R$ 567,82
1	12	URATO ENZIMÁTICO LIQUIDO	UN	34,00	R$ 207,36	R$ 7.050,22
1	13	GLICOSE ENZIMÁTICA LIQUIDO	UN	34,00	R$ 57,76	R$ 1.963,98
1	14	ADPER SINGLE BOND 2 DA 3M ESPE	unidades	200,00	R$ 129,38	R$ 25.875,00
1	15	FIO CAT GUT CROMADO 4-0, COM AGULHA DE 3,0CM (CAIXA C/ 24 UNIDADES)	UN	10,00	R$ 92,95	R$ 929,52
1	16	FIO CAT GUT SIMPLES 0, COM AGULHA DE 4,0CM (CAIXA C/24 UNIDADES)	UN	10,00	R$ 100,62	R$ 1.006,25
1	17	Algodão em rolete pacote com 100 unidades	pacotes	200,00	R$ 3,15	R$ 629,70
1	18	ASO LATEX (ANTI-ESTREPTOLISINA O) PRONTO USO - REAGENTE COM 01 VIDRO EM CADA CAIXA.	UN	20,00	R$ 73,53	R$ 1.470,57

1	19	FIO CAT GUT SIMPLES 2-0, COM AGULHA DE 3,0CM (CAIXA C/ 24 UNIDADES)	UN	10,00	R$ 100,62	R$ 1.006,25
1	20	ASO LÁTEX (ANTI-ESTREPTOLISINA O) KIT COMPLETO REAGENTE COM CONTROLE	UN	20,00	R$ 123,43	R$ 2.468,68
1	21	Anestésico odontológico mepivacaina 3% com vasoconstritor caixa com 50 unidades	caixas	30,00	R$ 178,41	R$ 5.352,25
1	22	ANESTÉSICO ODONTOLOGICO LIDOCAINA 2% C/ VASOCONSTRITOR CAIXA C/ 50 UND	caixas	30,00	R$ 126,16	R$ 3.784,70
1	23	PCR LÁTEX (PROTEÍNA C REATIVA) PRONTO USO - REAGENTE COM 01 VIDRO EM CADA CAIXA.	KIT	20,00	R$ 81,81	R$ 1.636,25
1	24	FIO CAT GUT SIMPLES 2-0, COM AGULHA DE 4,0CM (CAIXA C/ 24 UNIDADES)	UN	5,00	R$ 98,88	R$ 494,38
1	25	ANESTÉSICO TÓPICO ODONTOLOGICO LIDOPASS LIDOCAÍNA 50MG/G	unidades	15,00	R$ 23,75	R$ 356,20
1	26	PCR LÁTEX (PROTEÍNA C REATIVA). KIT COMPLETO REAGENTE COM CONTROLE	KIT	20,00	R$ 117,41	R$ 2.348,23
1	27	FIO CAT GUT SIMPLES 3-0, COM AGULHA DE 3,0CM (CAIXA C/ 24 UNIDADES)	UN	10,00	R$ 100,62	R$ 1.006,25
1	28	FR LÁTEX (FATOR REUMATOIDE) PRONTO USO - REAGENTE COM 01 VIDRO EM CADA CAIXA.	UN	20,00	R$ 38,63	R$ 772,54
1	29	APLICADOR DESC. P/ ADESIVO MICROBRUSH C/ 100 UND	UN	20,00	R$ 9,07	R$ 181,42
1	30	FIO CAT GUT SIMPLES 4-0, COM AGULHA DE 3,0CM (CAIXA C/ 24 UNIDADES)	UN	10,00	R$ 96,25	R$ 962,50
1	31	FIO CAT GUT SIMPLES 5-0, COM AGULHA DE 2,0CM (CAIXA C/ 24 UNIDADES)	UN	10,00	R$ 100,62	R$ 1.006,25
1	32	FR LÁTEX (FATOR REUMATOIDE) KIT COMPLETO REAGENTE COM CONTROLE.	UN	20,00	R$ 109,26	R$ 2.185,29
1	33	DETERGENTE ENZIMATICO FR. 1000ML	UN	20,00	R$ 17,04	R$ 340,83
1	34	FIO DENTAL	UN	10,00	R$ 14,24	R$ 142,40
1	35	REAGENTE PARA TIPAGEM SANGUÍNEA ANTI-A (QUE TEM COMO COR AZUL).	UN	22,00	R$ 35,57	R$ 782,51
1	36	FIO CAT GUT SIMPLES 6-0, COM AGULHA DE 2,0CM (CAIXA C/ 24 UNIDADES)	UN	10,00	R$ 100,62	R$ 1.006,25
1	37	REVELADOR RADIOGRÁFICO	frascos	20,00	R$ 37,97	R$ 759,37
1	38	REAGENTE PARA TIPAGEM SANGUÍNEA ANTI-B (COR AMARELO)	KT	20,00	R$ 35,57	R$ 711,38

1	39	FIO DE SUTURA NYLON Nr. 0 COM AGULHA DE 4,0CM, CIRC. 1/2 - 20MM TRG, (CAIXA C/24 UNIDADES)	UN	10,00	R$ 35,94	R$ 359,38
1	40	FIO DE SUTURA NYLON Nr. 2-0 COM AGULHA DE 3,0CM, CIRC. 1/2 - 20MM TRG, (CAIXA C/24 UNIDADES)	UN	10,00	R$ 34,38	R$ 343,75
1	41	REAGENTE PARA TIPAGEM SANGUÍNEA ANTI-D (EM COLOR).	UN	22,00	R$ 77,33	R$ 1.701,28
1	42	FIXADOR RADIOGRAFICO	frascos	20,00	R$ 41,69	R$ 833,80
1	43	REAGENTE HIV PARA DETECÇÃO DE ANTICORPOS DOS ISÓTIPOS (IGG, IGM E IGA) ESPECÍFICOS PARA HIV-1 E HIV-2	UN	20,00	R$ 67,56	R$ 1.351,25
1	44	FIO DE SUTURA NYLON Nr. 3-0 COM AGULHA DE 3,5CM, CIRC. 3/8 - 30MM TRG, (CAIXA C/24 UNIDADES).	UN	10,00	R$ 34,38	R$ 343,75
1	45	COTOSOL COM FLUOR 20G	unidades	15,00	R$ 44,58	R$ 668,66
1	46	CAIXA COM UM TUBO DE UROFITA PRODMOL 10 DLU (TIRAS PARA URINÁLISE), CADA TUBO CONTENDO 150 TIRAS.	UN	50,00	R$ 100,62	R$ 5.031,25
1	47	FIO DE SUTURA NYLON Nr. 4-0 COM AGULHA DE 2,0CM, CIRC. 1/2 - 25MM TRG, (CAIXA C/24 UNIDADES).	UN	10,00	R$ 35,94	R$ 359,38
1	48	Sonda Exploradora	unidades	20,00	R$ 13,48	R$ 269,68
1	49	FIO DE SUTURA NYLON Nr. 5-0 COM AGULHA DE 2,0CM, CIRC. 1/2 - 20MM TRG, (CAIXA C/24 UNIDADES).	UN	10,00	R$ 35,94	R$ 359,38
1	50	KIT BETA-HCG (IMUNOENSAIO CROMATOGRAFIA DETECÇÃO QUALITATIVA CORIÔNICA HUMANA NO SORO).	UN	22,00	R$ 64,62	R$ 1.421,55
1	51	Pinça Odontológica	unidades	20,00	R$ 16,93	R$ 338,66
1	52	SELANTE MAX SEAL KIT	unidades	15,00	R$ 97,24	R$ 1.458,57
1	53	INSTANTE PROV (CONJUNTO DE CORANTES PARA COLORAÇÃO DIFERENCIAL DE HEMATOLOGIA).	KT	10,00	R$ 78,14	R$ 781,42
1	54	FIO DE SUTURA NYLON Nr. 6-0 COM AGULHA DE 2,0CM, CIRC. 1/2 - 20MM TRG, (CAIXA C/24 UNIDADES).	UN	10,00	R$ 35,94	R$ 359,38
1	55	PASTA PROFILATICA ODONTOLOGICA	unidades	10,00	R$ 20,27	R$ 202,69
1	56	ÓLEO DE IMERSÃO	UN	10,00	R$ 35,28	R$ 352,84
1	57	FIO GUIA ADULTO COM BOTÃO	UN	1,00	R$ 8,25	R$ 8,25
1	58	FIO GUIA ADULTO SEM BOTÃO	UN	1,00	R$ 11,07	R$ 11,07
1	59	Escova de Robinson para Contra Ângulo	unidades	100,00	R$ 1,84	R$ 184,00
1	60	ABX MINICLEAN MARCA HORIBA	UND	15,00	R$ 116,74	R$ 1.751,06
1	61	ABX MINILYSE LMG MARCA HORIBA	UND	15,00	R$ 325,02	R$ 4.875,28
1	62	FIO GUIA INFANTIL COM BOTÃO	UN	1,00	R$ 11,37	R$ 11,37
1	63	ENDO ICE SPRAY REFRIGERANTE PARA TESTE DE VITALIDADE	Frascos	5,00	R$ 105,75	R$ 528,76

1	64	ABX MINOCLAIR MARCA HORIBA	UND	15,00	R$ 343,75	R$ 5.156,25
1	65	FIO GUIA INFANTIL SEM BOTÃO	UN	1,00	R$ 11,57	R$ 11,57
1	66	FIO DE SUTURA ODONTOLÓGICO MONOFILAMENTO PRETO NYLON (3-0)	caixas	20,00	R$ 35,31	R$ 706,25
1	67	FITA ADESIVA PARA AUTOCLAVE MEDINDO 19MMX30METROS CONFECCIONADA COM DORSO DE PAPEL CREPADO A BAS DE CELULOSE RECEBENDO EM UMA DE SUAS FACES MASSA ADESIVA A BASE DE BORRACHA NATURAL OXIDO DE ZINCO E RESINAS E NA OUTRA FACE UMA FINA CAMADA IMPERMEABILIZANTE DE RESINA ACRILICA APRESENTAR LISTRAS DIAGONAIS CONTINUAS INDICADORAS DE TINTA TERMO REATIVA EMBALAGEM INDIVIDUAL.	UN	80,00	R$ 5,74	R$ 458,86
1	68	FIO DE SUTURA ODONTOLÓGICO NYLON (6.0)	caixas	30,00	R$ 35,31	R$ 1.059,38
1	69	ABX MINOTON LMG 20 LITROS MARCA HORIBA	UN	15,00	R$ 676,59	R$ 10.148,81
1	70	FITA MICROPOROSA MEDINDO 10CMX4,5METROS	UN	60,00	R$ 6,32	R$ 379,32
1	71	TIRA ABRASIVAS EM AÇO (4MM)	pacotes (contém 12 tiras cada	30,00	R$ 25,21	R$ 756,41
1	72	SORO CONTROLEN	KIT	57,00	R$ 157,52	R$ 8.978,64
1	73	FITA MICROPOROSA MEDINDO 2,5CMX10METROS CONFECCIONADA COM SUBSTRATO DE NÃO TECIDO A BASE DE FIBRAS DE VISCOSE RESINA ACRILICA E MASSA ADESIVA A BASE DE POLIACRILATO HIPO-ALERGICA INDICADA PARA REGIÕES DO CORPO COM ALTA SENSIBILIDADE QUE POSSUI EXCELENTE ADESIVIDADE INCLUSIVE SOBRE SUA PROPRIA SUPERFICIE EMBALAGEM INDIVIDUAL EM CARRETEL DE PLASTICO E COM CAPA.	Unidade	120,00	R$ 2,43	R$ 291,54
1	74	TIRA DE AÇO TOTAL SERRILHADA (4MM)	pacotes (contém 12 tiras cada	15,00	R$ 41,69	R$ 625,31
1	75	SORO CONTROLE P	UN	59,00	R$ 537,45	R$ 31.709,70
1	76	RESINA FLOW FOTOPOLIMERIZÁVEL	unidades	25,00	R$ 41,27	R$ 1.031,84
1	77	FITOMENADIONA (VITAMINA K), 10MG/ML, AMPOLA 1ML	UN	500,00	R$ 2,99	R$ 1.497,25
1	78	AGUA DEIONIZADA 1 LITRO	UN	50,00	R$ 22,86	R$ 1.142,82
1	79	KIT DE POLIMENTO DE RESINA COMPLETO.	kit (contém 12unidades)	10,00	R$ 287,72	R$ 2.877,16
1	80	DETERGENTE ENZIMÁTICO NEUTRO 5L	UN	100,00	R$ 89,12	R$ 8.912,50

1	81	FIXADOR CITOLÓGICO 100ML (FRASCO PLÁSTICO 50ML DE SOLUÇÃO FIXADORA ACOMPANHADO DE ATOMIZADOR)	UN	11,00	R$ 8,48	R$ 93,22
1	82	HIPOCLORITO DE SÓDIO 3% 5L	UN	70,00	R$ 39,62	R$ 2.773,47
1	83	RESINA FLOW FOTOPOLIMERIZÁVEL COR A3,5	unidades	16,00	R$ 38,22	R$ 611,54
1	84	FLUCONAZOL 150 MG CPR BLISTER C/ 1CPR	UN	1060,00	R$ 0,58	R$ 616,18
1	85	Resina Fotopolimerizável Z100 Cor A2	UN	20,00	R$ 53,61	R$ 1.072,23
1	86	FLUMAZEMIL 0,1MG/ML, AMPOLA 1ML	UN	40,00	R$ 7,55	R$ 301,88
1	87	ÁLCOOL 70% LÍQUIDO CAIXA CONTENDO 12 UNIDADE DE 1 L.	UN	80,00	R$ 81,22	R$ 6.497,50
1	88	PARÁ TESTE FORMALINA 5 (COLETOR DE FEZES) PACOTE 25 UNIDADES.	UN	25,00	R$ 177,44	R$ 4.436,10
1	89	Resina Fotopolimerizável Z100 Cor A3	UN	20,00	R$ 75,49	R$ 1.509,75
1	90	FLUOXETINA 20MG CPR	UN	5120,00	R$ 0,16	R$ 793,60
1	91	ÁLCOOL EM GEL COM GLICERINA ANTISSÉPTICO.	UN	20,00	R$ 5,73	R$ 114,56
1	92	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL Z100 COR A3,5	unidades	20,00	R$ 72,46	R$ 1.449,15
1	93	FLUXOMETRO PARA OXIGÊNIO	UN	3,00	R$ 52,94	R$ 158,81
1	94	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA ALTA ROTAÇÃO, CONTRA ANGULO	frascos	5,00	R$ 39,06	R$ 195,32
1	95	LUGOL FRASCO DE 500 ML	UN	16,00	R$ 39,46	R$ 631,40
1	96	FORMOL A 10%, FRASCO 1000ML	UN	1,00	R$ 10,29	R$ 10,29
1	97	PAPEL CARBONO ODONTOLÓGICO	blocos	30,00	R$ 7,82	R$ 234,72
1	98	TROPONINA I (TESTE TROPONINA CARDÍACA)	UN	20,00	R$ 158,12	R$ 3.162,50
1	99	FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES E DE SEGUIMENTO PARA LACTENTES E/OU CRIANÇAS DE PRIMEIRA INFÂNCIA DESTINADA A NECESSIDADES DIETOTERÁPICAS ESPECÍFICAS COM RESTRIÇÃO DE LACTOSE E À BASE DE AMINOÁCIDOS LIVRES. LATA 400G	UN	2,00	R$ 352,69	R$ 705,38
1	100	FORXIGA 10 MG CPR	UN	640,00	R$ 4,79	R$ 3.063,87
1	101	LUVA CIRÚRGICA ESTERIL MEDIX TAMANHO 6.5	caixas de (50 unidades)	10,00	R$ 58,94	R$ 589,38
1	102	UREIA	UN	20,00	R$ 136,56	R$ 2.731,25
1	103	CREATININA	UN	25,00	R$ 137,93	R$ 3.448,28
1	104	FOSFATO DE SITAGLIPTINA 50MG+CLORIDRATO DE METFORMINA1000MG COMPRIMIDO REVESTIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA CPR	UN	300,00	R$ 6,77	R$ 2.031,30
1	105	PONTA DIAMANTADA ESFÉRICA (1012)	unidades	20,00	R$ 4,08	R$ 81,65
1	106	PONTA DIAMANTADA ESFÉRICA (1015)	unidades	20,00	R$ 4,15	R$ 83,09

1	107	AGUA REAGENTE ULTRA PURA -TIPO 1 50 ML	UND	10,00	R$ 169,50	R$ 1.695,00
1	108	FOSFATO DE SITAGLIPTINA50MG+CLORIDRATO DE METFORMINA 1000MG CPR	UN	280,00	R$ 7,58	R$ 2.121,22
1	109	LAMÍNULA 24 X24 MM (PERFECTA) 100 UNIDADES PACOTE CONTENDO 12CAIXINHAS	CX	50,00	R$ 35,75	R$ 1.787,50
1	110	FOSFATO SODICO DE PREDNISOLONA SOLUÇÃO ORAL 1MG FRASCO COM 100ML	UN	20,00	R$ 33,90	R$ 678,00
1	111	PONTA DIAMANTADA CÔNICA EXTREMIDADE ARREDONDADA (2133)	unidades	10,00	R$ 11,36	R$ 113,56
1	112	LAMINA 25,4 X 76,2 MM COM EXTREMIDADE FOSCA PERFECTA 50 UNIDADES.	UN	50,00	R$ 29,04	R$ 1.451,78
1	113	KIT DE PONTAS DIAMANTADAS PARA ACABAMENTO FINO E ULTRAFINO Kit com 7 pontas diamantadas (1190F, 1190FF, 2135F, 3118F, 3168FF, 3195F, 3195FF)	unidades	6,00	R$ 102,57	R$ 615,39
1	114	FRALDA DESCARTAVEL GERIATRICA ADULTO TAMANHO G PCT C/ 8UNIDADE	UN	20,00	R$ 16,71	R$ 334,21
1	115	Lima K 25mm tamanho 8	caixa	3,00	R$ 26,90	R$ 80,69
1	116	PONTEIRA AMARELA PCT 1000UND	UN	50,00	R$ 16,54	R$ 827,08
1	117	FRALDA DESCARTAVEL GERIATRICA ADULTO TAMANHO M PCT C/ 8UNIDADE	UN	20,00	R$ 16,27	R$ 325,33
1	118	KIT DE ESCOVA (PARA ESCOLA- PORTA ESCOVA)	unidades	800,00	R$ 8,25	R$ 6.600,00
1	119	FRALDA DESCARTAVEL GERIATRICA ADULTO TAMANHO P PCT C/ 10UNIDADE	UN	20,00	R$ 35,94	R$ 718,75
1	120	PONTEIRA AZUL PCT 1000 UND	UN	50,00	R$ 42,48	R$ 2.123,92
1	121	FRASCO LÁTEX (FATOR REUMATOIDE) PRONTO USO - REAGENTE COM 01 VIDRO EM CADA CAIXA.	UN	2,00	R$ 41,14	R$ 82,28
1	122	INDICADOR QUÍMICO PARA AUTOCLAVE	caixas	10,00	R$ 248,59	R$ 2.485,86
1	123	TUBO DE CENTRIFUGAÇÃO TIPO FALCON 15 ML PACOTE PLÁSTICO COM TAMPA COM 40 UNIDADES	UN	34,00	R$ 24,98	R$ 849,46
1	124	COLETOR UNIVERSAL ESTÉRIL PARA URINA PACOTE COM 100 UNIDADES.	UN	100,00	R$ 45,51	R$ 4.551,13
1	125	FRASCO PARA NUTRICAO 300ML	UN	200,00	R$ 0,98	R$ 195,30
1	126	HEMOSPON	frascos	5,00	R$ 69,29	R$ 346,43
1	127	FRASCO PARA NUTRICAO 500ML	UN	200,00	R$ 2,02	R$ 404,06
1	128	TUBO DE ENSAIO 12 X 75 4 ML	UN	80,00	R$ 0,34	R$ 27,60
1	129	TESOURA IRIS	UN	10,00	R$ 15,01	R$ 150,06
1	130	PIPETA DE VIDRO GRADUADA PARA VHS	UN	22,00	R$ 6,22	R$ 136,94

1	131	SELADORA ODONTOLÓGICA COM APOIO PARA PAPEL GRAU	unidades	3,00	R$ 419,38	R$ 1.258,12
1	132	FRISIUM 20 MG CPR	UN	120,00	R$ 2,41	R$ 288,78
1	133	SUPORTE WESTERGREEN PARA 10 PROVAS, MOD.: S10 (PRECISION)	UN	3,00	R$ 5,09	R$ 15,27
1	134	FUROSEMIDA 10MG/ML, AMPOLA 2ML	UN	300,00	R$ 0,79	R$ 236,34
1	135	PAPEL GRAU CIRÚRGICO 250MM	RL	10,00	R$ 108,12	R$ 1.081,22
1	136	PIPETA VOLUMÉTRICA 10 MICROLITROS COM DESPREZADOR AUTOMÁTICO	UN	21,00	R$ 143,32	R$ 3.009,69
1	137	PAPEL GRAU CIRÚRGICO	RL	10,00	R$ 41,96	R$ 419,58
1	138	FUROSEMIDA 40MG CPR	UN	1400,00	R$ 0,07	R$ 100,80
1	139	LIMAS ENDODÔNTICAS	CAIXAS	30,00	R$ 11,01	R$ 330,22
1	140	PIPETA VOLUMÉTRICA 20 MICROLITROS COM DESPREZADOR AUTOMÁTICO	UN	21,00	R$ 131,58	R$ 2.763,27
1	141	GABAPENTINA 300MG CPR	UN	1120,00	R$ 0,37	R$ 419,78
1	142	CLOREXIDINA PARA BOCHECHO	LITROS	12,00	R$ 4,45	R$ 53,45
1	143	PIPETA VOLUMÉTRICA 25 MICROLITROS COM DESPREZADOR AUTOMÁTICO	UN	21,00	R$ 128,71	R$ 2.702,97
1	144	GARROTE DE LÁTEX FINO PARA PUNÇÃO (TUBO DE LÁTEX Nº 206 pacote com 15m)	UN	4,00	R$ 82,65	R$ 330,60
1	145	PIPETA VOLUMÉTRICA 1000 MICROLITROS VOLUME AJUSTÁVEL COM DESPREZADOR AUTOMÁTICO	CX	20,00	R$ 137,09	R$ 2.741,75
1	146	FLUORETO DE SODIO 0,05%	LITROS	20,00	R$ 35,75	R$ 715,00
1	147	GEL CONDUTOR ESPECIFICO PARA CARDIOVERSAO GALAO 5L	UN	2,00	R$ 25,16	R$ 50,31
1	148	TUBO CITRATO DE SÓDIO 3, 2% 1.8 ML SILICONADO (TAMPA AZUL) 100 UNIDADES.	CX	15,00	R$ 99,19	R$ 1.487,81
1	149	IONÔMERO DE VIDRO (PÓ)	unidades	10,00	R$ 63,25	R$ 632,50
1	150	GEL PARA ULTRASSOM, GALÃO 5 LITROS	UN	1,00	R$ 25,16	R$ 25,16
1	151	TUBO SILICONADO COM ATIVADOR COAGULO 5 ML (TAMPA VERMELHA) 100 UNIDADES.	UN	40,00	R$ 106,23	R$ 4.249,25
1	152	IONÔMERO DE VIDRO(LIQUIDO)	FRASCOS	10,00	R$ 91,34	R$ 913,39
1	153	HIDRÓXIDO DE CÁLCIO P.A	VD	10,00	R$ 18,06	R$ 180,55
1	154	TUBO EDTA K3 4ML SILICONADO (TAMPA LILÁS) 100 UNIDADES.	UN	30,00	R$ 41,25	R$ 1.237,50
1	155	GLIBENCLAMIDA 5MG CPR	UN	2060,00	R$ 0,06	R$ 118,45
1	156	GLICLAZIDA 60MG CPR	UN	240,00	R$ 1,06	R$ 255,31
1	157	TUBO FLUORETO DE SÓDIO 4 ML SILICONADO (TAMPA CINZA) 100 UNIDADES.	UN	30,00	R$ 53,94	R$ 1.618,05
1	158	PASTA DE HIDROXIDO DE CALCIO	unidades	10,00	R$ 34,16	R$ 341,55

1	159	SILICONE DE CONDENSAÇÃO	KITS	6,00	R$ 206,22	R$ 1.237,35
1	160	GLICOSE 25% 10 ML AMP	UN	880,00	R$ 0,56	R$ 493,68
1	161	GARROTE ELÁSTICO COM ABOTOADURA PUNÇÃO VENOSO PREMIUM AZUL.	UN	58,00	R$ 6,19	R$ 358,88
1	162	GLICOSE 50% 10 ML AMP	UN	880,00	R$ 0,66	R$ 580,62
1	163	LUVAS DE PROCEDIMENTOS P CONTENDO 100 UNIDADES.	CX	350,00	R$ 22,28	R$ 7.798,46
1	164	LUVAS DE PROCEDIMENTOS M CONTENDO 100 UNIDADES.	CX	350,00	R$ 21,31	R$ 7.459,38
1	165	HALOPERIDOL 50MG/ML	UN	80,00	R$ 3,00	R$ 240,36
1	166	MASCARA TRIPLA DESCARTÁVEL COM ELÁSTICO CONTENDO 50 UNIDADES.	UN	350,00	R$ 4,95	R$ 1.732,50
1	167	HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA 100MG CPR	UN	420,00	R$ 0,68	R$ 284,76
1	168	MASCARA N 95 C/5 UN	UN	150,00	R$ 2,88	R$ 431,25
1	169	TOUCA DESCARTÁVEL COM ELÁSTICO C/100 UNID.	UN	130,00	R$ 7,14	R$ 927,74
1	170	HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA 25MG CPR	UN	1500,00	R$ 0,15	R$ 217,95
1	171	HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA 50MG CPR	UN	1500,00	R$ 5,94	R$ 8.908,95
1	172	CURATIVO PÓS COLETA ROLO 25 MM 500UN/CX	UN	100,00	R$ 20,03	R$ 2.003,40
1	173	CURATIVO PÓS-COLETA INFANTIL INDIVIDUAL 500 UND./PCT.	UN	100,00	R$ 19,68	R$ 1.967,83
1	174	HEPARINA SÓDICA 5.000 UI/ML, FRASCO 0,25ML	UN	20,00	R$ 9,24	R$ 184,77
1	175	ALGODÃO PARA ASSEPSIA ESTÉRIL PACOTE 500 G	UN	50,00	R$ 17,14	R$ 856,75
1	176	HIDRALAZINA 20MG/ML AMPOLA 1ML	UN	20,00	R$ 11,40	R$ 227,99
1	177	LANCETAS G-TECH 28G C/100 LANCETAS ESTÉRIL	CX	30,00	R$ 18,69	R$ 560,62
1	178	HIDRALAZINA 25MG CPR	UN	60,00	R$ 0,62	R$ 37,11
1	179	CÂMARA DE NEUBAUER	UN	30,00	R$ 446,99	R$ 13.409,73
1	180	HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG CPR	UN	1200,00	R$ 0,04	R$ 49,80
1	181	HIDROCORTISONA 100MG AMPOLA	UN	100,00	R$ 3,50	R$ 350,30
1	182	SERINGAS 10 ML COM AGULHA CAIXA 100 UNIDADES.	CX	150,00	R$ 44,49	R$ 6.674,07
1	183	HIDROCORTISONA 500MG AMPOLA	UN	200,00	R$ 6,56	R$ 1.311,00
1	184	SERINGAS 5 ML COM AGULHA CAIXA 100 UNIDADES.	UN	150,00	R$ 33,06	R$ 4.959,38
1	185	SERINGA 20 ML COM AGULHA CAIXA 100 UNIDADES.	CX	150,00	R$ 49,06	R$ 7.358,70
1	186	HIDROXICLOROQUINA 400MG CPR	UN	120,00	R$ 3,12	R$ 374,38
1	187	AGULHA HIPODÉRMICA 25 X 0,6 MM CAIXA 100 UNIDADES	UN	150,00	R$ 7,79	R$ 1.168,02
1	188	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO 62 MG/ML FRASCO. 240ML	UN	306,00	R$ 11,30	R$ 3.457,04

1	189	AGULHA HIPODÉRMICA 20x0,55	UN	150,00	R$ 9,62	R$ 1.443,75
1	190	HIPOCLORITO 1% 5 LITROS	UN	4,00	R$ 14,48	R$ 57,94
1	191	HIPOCLORITO DE SÓDIO 3 % 5L	UN	4,00	R$ 40,32	R$ 161,29
1	192	PAPEL FILTRO QUALITATIVO 80 G 185MM C\ 100 UNIDADE.	UN	10,00	R$ 35,94	R$ 359,38
1	193	DESCARPACK (COLETOR PARA MATERIAL PERFURO CORTANTE PAPELÃO). 3L	UND	500,00	R$ 2,74	R$ 1.370,15
1	194	HYZAAR 100/25MG CPR	UN	120,00	R$ 4,70	R$ 563,92
1	195	IBUPROFENO 300 MG CPR	UN	2400,00	R$ 0,14	R$ 330,00
1	196	LAMINA EXTENSORA ACRÍLICA CX C/ 50 UND	UN	50,00	R$ 178,39	R$ 8.919,69
1	197	IBUPROFENO 50MG/ML FRASCO 20ML	UN	360,00	R$ 2,90	R$ 1.045,37
1	198	TUBO PARA CENTRÍFUGO CÔNICO GRADUADO EM ÂMBAR DE VIDRO CAPACIDADE 10 ML	UN	25,00	R$ 16,59	R$ 414,72
1	199	HOMOGEINIZADOR HEMATOLÓGICO	UN	1,00	R$ 3.966,06	R$ 3.966,06
1	200	IBUPROFENO 600MG CPR	UN	3600,00	R$ 0,17	R$ 610,20
1	201	Imobilizador de Cabeça (head block): Confeccionado em ABS, resistente a impactos; utilizado em conjunto com prancha de imobilização; anatômico, regulagem com velcro, base com regulagem. Produzido em material totalmente impermeável e lavável. É composto por uma base para fixação na prancha, blocos laterais ajustáveis e refis de testa e queixo.	Unidade	2,00	R$ 102,94	R$ 205,89
1	202	CORADOR DE LÂMINAS HEMATOLÓGICO	UN	1,00	R$ 1.570,52	R$ 1.570,52
1	203	ESTANTE PARA TUDO DE ENSAIO CAPACIDADE PARA 60 TUBOS	UN	4,00	R$ 29,57	R$ 118,28
1	204	IMOBILIZADOR DE CABEÇA ALCOCHOADA	UN	2,00	R$ 112,12	R$ 224,25
1	205	Imobilizador de Cabeça INFANTIL (head block): Confeccionado em ABS, resistente a impactos; utilizado em conjunto com prancha de imobilização; anatômico, regulagem com velcro, base com regulagem. Produzido em material totalmente impermeável e lavável. É composto por uma base para fixação na prancha, blocos laterais ajustáveis e refis de testa e queixo.	Unidade	1,00	R$ 112,12	R$ 112,12
1	206	KIT MEDIDOR DE GLICOSE	UN	2,00	R$ 57,50	R$ 115,00
1	207	IMOBILIZADOR DORSAL KED INFANTIL - Utilizado para imobilizar a coluna vertebral; Confeccionado em material resistente e impermeabilizado; Possui alças que facilitam o levantamento da vítima; Apresenta cintos com cores padronizadas; Produto feito de material radio-transparente; Acompanha bolsa para acondicionamento; Tirante para testa e queixo.	UN	1,00	R$ 248,05	R$ 248,05

1	208	FITA HGT GLICOSE	UN	500,00	R$ 28,03	R$ 14.015,65
1	209	IMUNOGLOBULINA ANTI-RH 300MCG/ML, AMPOLA 2ML	UN	4,00	R$ 294,11	R$ 1.176,45
1	210	MONITOR DE PREÇÃO ARTERIAL	UN	50,00	R$ 98,98	R$ 4.949,25
1	211	INSTANTE PROV (CONJUNTO DE CORANTES PARA COLORAÇÃO DIFERENCIAL DE HEMATOLOGIA).	UN	2,00	R$ 81,69	R$ 163,39
1	212	SACO PARA LIXO INFECTANTE (BRANCO) 15 LITROS, PACOTE COM 100 UNIDADES	PACOTE	80,00	R$ 16,68	R$ 1.334,00
1	213	INSULINA ASPARTE 100UI/ML C/ SIST. DE APLICAÇÃO, REFIL 3ML.	UN	6,00	R$ 70,44	R$ 422,62
1	214	COLETOR DE URINA INFANTIL MENINA -VOLUME 100 ML.PACOTE COM 50 UNIDADES	PACOTE	80,00	R$ 25,37	R$ 2.029,52
1	215	INSULINA GLARGINA100UI/ML, REFIL 3ML C/ CANETA DE APLICAÇÃO	UN	6,00	R$ 62,00	R$ 372,03
1	216	COLETOR DE URINA INFANTIL MENINO-VOLUME 100 ML.	PACOTE	50,00	R$ 4,87	R$ 243,52
1	217	INSULINA GLULISINA 100UI/ML REFIL P/ CANETA 3ML	UN	6,00	R$ 45,09	R$ 270,57
1	218	BOLSA COLETORA DE URINA HOSPITALAR ADULTA, TIPO SACO, 2 LITROS.PACOTE COM 25 UNIDADES	PGT	50,00	R$ 33,00	R$ 1.649,75
1	219	INSULINA LISPRO 100UI/ML REFIL P/ CANETA 3ML	UN	4,00	R$ 60,86	R$ 243,46
1	220	ISOSSORBIDA SUBLINGUAL 5MG CPR	UN	660,00	R$ 0,58	R$ 383,33
1	221	IVERMECTINA 6MG CPR	UN	400,00	R$ 0,44	R$ 174,32
1	222	JALECOS (AVENTAL) DESCARTAVEL COM MANGA E PUNHO, TAMANHOS: G	UN	1404,00	R$ 1,98	R$ 2.779,64
1	223	JALECOS (AVENTAL) DESCARTAVEL COM MANGA E PUNHO, TAMANHOS: M	UN	2002,00	R$ 1,98	R$ 3.963,56
1	224	JALECOS (AVENTAL) DESCARTAVEL COM MANGA E PUNHO, TAMANHOS: P	UN	1252,00	R$ 1,98	R$ 2.478,71
1	225	KEPPRA 250 MG CPR	UN	120,00	R$ 3,59	R$ 431,26
1	226	KIT LARINGOSCÓPIO COMPLETO	UN	1,00	R$ 946,30	R$ 946,30
1	227	KIT PAPANICOLAU TAMANHO MÉDIO	UN	1000,00	R$ 3,77	R$ 3.771,80
1	228	KIT TESTE RÁPIDO COVID-19 SANGUÍNEO (PARA REAGENTE SANGUE)	UN	200,00	R$ 15,38	R$ 3.076,50
1	229	KIT TESTE RÁPIDO COVID-19 SWAB (PARA REAGENTE MUCO NARIZ)	UN	200,00	R$ 11,00	R$ 2.200,00
1	230	KIT TESTE RÁPIDO DENGUE COMBO NS1+ IGG/IGM CAIXA COM 20 UNIDADES	UN	8,00	R$ 687,00	R$ 5.495,97
1	231	KOLLAGENASE C/ CLORANFENICOL POMADA 30G	UN	26,00	R$ 19,79	R$ 514,53
1	232	LAMINA 25,4 X 76,2 MM COM EXTREMIDADE FOSCA PERFECTA CAIXA CONTENDO 50 UNIDADES.	UN	1,00	R$ 33,06	R$ 33,06

1	233	LÂMINA BISTURI Nº 10, ESTÉRIL, AÇO INOXIDÁVEL, EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PAPEL LAMINADO ESPECIAL, CAIXA COM 100 UNIDADE	UN	34,00	R$ 32,83	R$ 1.116,30
1	234	LÂMINA BISTURI Nº 11, ESTÉRIL, AÇO INOXIDÁVEL, EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PAPEL LAMINADO ESPECIAL, CAIXA COM 100 UNIDADE	UN	1,00	R$ 25,83	R$ 25,83
1	235	LÂMINA BISTURI Nº 12, ESTÉRIL, AÇO INOXIDÁVEL, EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PAPEL LAMINADO ESPECIAL, CAIXA COM 100 UNIDADE	UN	1,00	R$ 25,83	R$ 25,83
1	236	LÂMINA BISTURI Nº 15, ESTÉRIL, AÇO INOXIDÁVEL, EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PAPEL LAMINADO ESPECIAL, CAIXA COM 100 UNIDADE	UN	1,00	R$ 27,54	R$ 27,54
1	237	LÂMINA BISTURI Nº 21, ESTÉRIL, AÇO INOXIDÁVEL, EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PAPEL LAMINADO ESPECIAL, CAIXA COM 100 UNIDADE	UN	1,00	R$ 25,99	R$ 25,99
1	238	LÂMINA BISTURI Nº 22, ESTÉRIL, AÇO INOXIDÁVEL, EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PAPEL LAMINADO ESPECIAL, CAIXA COM 100 UNIDADE	UN	1,00	R$ 24,71	R$ 24,71
1	239	LÂMINA BISTURI Nº 24, ESTÉRIL, AÇO INOXIDÁVEL, EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PAPEL LAMINADO ESPECIAL, CAIXA COM 100 UNIDADE	UN	2,00	R$ 24,71	R$ 49,42
1	240	LAMINA EXTENSORA ACRÍLICA CAIXA C/ 50 UNIDADE	UN	15,00	R$ 178,39	R$ 2.675,91
1	241	LAMÍNULA 24 X24 MM (PERFECTA) CAIXA CONTENTO 100 UNIDADES .	CAIXA	10,00	R$ 33,06	R$ 330,62
1	242	LANCETAS PARA AFERIÇÃO DE GLICOSE CAIXA COM 100UNIDADE	UN	10,00	R$ 14,38	R$ 143,82
1	243	LANCETAS PARA HGT CAIXA. C/ 200 LANCETAS	UN	10,00	R$ 11,17	R$ 111,68
1	244	LANTERNA DE CABEÇA COM BATERIA RECARREGAVEL	UN	2,00	R$ 41,05	R$ 82,09
1	245	LENÇOL DE PAPEL DESCARTAVEL PARA MACA 70CMX50MTS	UN	180,00	R$ 13,59	R$ 2.446,88
1	246	LENÇOL DE TNT DESCARTAVEL PARA MACA COM ELÁSTICO - TAMANHO: 2,00M X 0,90CM - PACOTE COM 10 UNIDADES	UN	30,00	R$ 11,10	R$ 333,08

1	247	LEVOFLOXACINO 5MG/ML BOLSA 100ML	UN	5,00	R$ 10,31	R$ 51,56
1	248	LEVOMEPRONAZINA 100MG CPR	UN	1000,00	R$ 0,28	R$ 275,00
1	249	LEVOTIROXINA SODICA 25MCG CPR	UN	180,00	R$ 0,37	R$ 66,11
1	250	LEVOTIROXINA SODICA 62,5MCG CPR	UN	180,00	R$ 0,62	R$ 111,33
1	251	LEVOTIROXINA SODICA 100MCG CPR	UN	180,00	R$ 0,31	R$ 55,94
1	252	LEVOTIROXINA SODICA 175MCG CPR	UN	180,00	R$ 0,73	R$ 130,73
1	253	LEVOTIROXINA SODICA 50MCG CPR	UN	180,00	R$ 0,39	R$ 69,71
1	254	LIXEIRA 30 LITROS COM TAMPA E PEDAL	UN	10,00	R$ 73,36	R$ 733,56
1	255	LIXEIRA 50 LITROS COM TAMPA E PEDAL	UN	5,00	R$ 129,73	R$ 648,66
1	256	LORATADINA 10MG CPR	UN	2400,00	R$ 0,10	R$ 231,60
1	257	LORATADINA XAROPE 0,5MG/ML FRASCO C/ 100 ML	UN	110,00	R$ 4,02	R$ 442,75
1	258	LORATADINA XAROPE 1MG/ML 100ML	UN	500,00	R$ 4,02	R$ 2.012,50
1	259	LOSARTANA 50MG CPR	UN	1300,00	R$ 0,06	R$ 84,24
1	260	LUVA CIRÚRGICA ESTERILIZADA Nº 6,0	UN	240,00	R$ 1,18	R$ 282,91
1	261	LUVA CIRÚRGICA ESTERILIZADA Nº 6,5	UN	240,00	R$ 1,13	R$ 270,60
1	262	LUVA CIRÚRGICA ESTERILIZADA Nº 7,0	UN	1040,00	R$ 1,13	R$ 1.172,60
1	263	LUVA CIRÚRGICA ESTERILIZADA Nº 7,5	UN	1040,00	R$ 1,18	R$ 1.225,95
1	264	LUVA CIRÚRGICA ESTERILIZADA Nº 8,0	UN	1040,00	R$ 1,08	R$ 1.125,59
1	265	LUVA DE PROCEDIMENTO COM PÓ TAMANHO EXTRA P - CAIXA. 100 UNIDADES, EM LÁTEX NATURAL, NÃO ESTÉRIL	UN	250,00	R$ 21,31	R$ 5.328,12
1	266	LUVA DE PROCEDIMENTO COM PÓ TAMANHO G - CAIXA. 100 UNIDADES, EM LÁTEX NATURAL, NÃO ESTÉRIL	UN	260,00	R$ 24,75	R$ 6.435,00
1	267	LUVA DE PROCEDIMENTO COM PÓ TAMANHO M - CAIXA. 100 UNIDADES, EM LÁTEX NATURAL, NÃO ESTÉRIL	UN	340,00	R$ 20,01	R$ 6.803,57
1	268	LUVA DE PROCEDIMENTO COM PÓ TAMANHO P - CAIXA. 100 UNIDADES, EM LÁTEX NATURAL, NÃO ESTÉRIL	UN	320,00	R$ 21,31	R$ 6.820,00
1	269	LUVA DE VINIL TAM.G C/100 UND	UN	100,00	R$ 20,10	R$ 2.010,25
1	270	LUVA DE VINIL TAM.M C/100 UND	UN	100,00	R$ 19,64	R$ 1.963,63
1	271	LUVA DE VINIL TAM.PP C/100 UND	UN	100,00	R$ 18,87	R$ 1.887,45
1	272	LUVAS NITRILICAS SEM PÓ COM 100 UNIDADES TAMANHO G	UN	100,00	R$ 30,20	R$ 3.019,50
1	273	MALEATO DE METILERGOMETRINA 0,2MG/ML, AMPOLA 1ML	UN	60,00	R$ 2,20	R$ 131,97
1	274	MANTA TÉRMICA ALUMINIZADA ISOLANTE TIPO COBERTOR PARA RESGATE - TAMANHO: 2,10M X 1,40M.	UN	20,00	R$ 7,76	R$ 155,25
1	275	MÁSCARA CIRÚRGICA COM PREGA, DESCARTÁVEL, NA COR BRANCA, COM CLIPS NASAL E COM ELÁSTICO CAIXA C/ 50 UNIDADE	UN	220,00	R$ 4,65	R$ 1.022,45

1	276	MASCARA LARINGEA DESCARTÁVEL Nº 1 (INDICADO PARA RECEM NASCIDO A LACTENTE ATÉ 5KG).	UN	2,00	R$ 11,96	R$ 23,92
1	277	MASCARA LARINGEA DESCARTÁVEL Nº 1,5 (INDICADO PARA LACTENTE DE 5 A 10KG).	UN	2,00	R$ 13,04	R$ 26,07
1	278	MASCARA LARINGEA DESCARTÁVEL Nº 2 (INDICADO PARA LACTENTES DE 10KG ATE PRE ESCOLARES DE 20KG).	UN	2,00	R$ 12,24	R$ 24,48
1	279	MASCARA LARINGEA DESCARTÁVEL Nº 2,5 (INDICADO PARA CRIANÇAS DE 20 A 30KG).	UN	2,00	R$ 11,96	R$ 23,92
1	280	MASCARA LARINGEA DESCARTÁVEL Nº 3 (INDICADO PARA CRIANÇAS/ADOLESCENTES DE 30 A 50KG).	UN	2,00	R$ 11,96	R$ 23,92
1	281	MASCARA LARINGEA DESCARTÁVEL Nº 4,0 (INDICADOS PARA ADULTO DE 50 A 70KG). COSNTITUIDA POR CONECTOR PROXIMAL COM DIÂMETRO EXTENO MACHO PADRÃO DE 15MM	UN	2,00	R$ 12,24	R$ 24,48
1	282	MASCARA LARINGEA DESCARTÁVEL Nº 5,0 (INDICADA PARA ADULTOS DE 70 A 100KG). COSNTITUIDA POR CONECTOR PROXIMAL COM DIÂMETRO EXTENO MACHO PADRÃO DE 15MM	UN	2,00	R$ 12,24	R$ 24,48
1	283	MASCARA N-95	UN	2000,00	R$ 0,19	R$ 374,00
1	284	MASCARA P/ INALAÇÃO ADULTO	UN	9,00	R$ 24,58	R$ 221,23
1	285	MASCARA P/ OXINOTERAPIA COM RESERVATÓRIO	UN	14,00	R$ 7,33	R$ 102,64
1	286	MASCARA P/ OXINOTERAPIA INFANTIL COM RESERVATÓRIO	UN	20,00	R$ 7,33	R$ 146,63
1	287	MASCARA P/INALAÇÃO INFANTIL	UN	6,00	R$ 21,47	R$ 128,84
1	288	MASCARA TRIPLA DESCARTÁVEL COM ELÁSTICO CAIXA C/ 50 UNIDADES.	UN	300,00	R$ 5,18	R$ 1.552,50
1	289	MEBENDAZOL 100 MG CPR	UN	1000,00	R$ 0,40	R$ 395,80
1	290	MEBENDAZOL 20 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL 30 ML	UN	500,00	R$ 2,47	R$ 1.236,15
1	291	MEROPENEM 1G PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL	UN	160,00	R$ 14,90	R$ 2.384,37
1	292	METFORMINA 850MG CPR	UN	700,00	R$ 0,20	R$ 138,46
1	293	METILDOPA 250MG CPR	UN	600,00	R$ 0,79	R$ 474,60
1	294	METILDOPA 500MG CPR	UN	1200,00	R$ 0,71	R$ 852,36
1	295	METOPROLOL 25MG CPR	UN	500,00	R$ 1,29	R$ 646,90
1	296	METROCLORPRAMIDA 10MG CPR	UN	560,00	R$ 0,07	R$ 38,64
1	297	METRONIDAZOL 100MG/G GEL VAGINAL TUBO 50G + 10 APLICADORES	UN	205,00	R$ 9,20	R$ 1.886,00
1	298	METRONIDAZOL 250 MG CPR	UN	3100,00	R$ 0,22	R$ 669,60
1	299	METRONIDAZOL 40 MG/ML SUSPENSÃO ORAL, FRASCO 100ML	UN	104,00	R$ 7,15	R$ 743,60

1	300	MICONAZOL CREME VAGINAL	UN	202,00	R$ 12,94	R$ 2.613,38
1	301	MIRTAZAPINA 45 MG CPR	UN	120,00	R$ 1,34	R$ 160,44
1	302	MONOCLORIDRATO DE METROCLOPRAMIDA 5MG/ML, AMPOLA 2ML	UN	120,00	R$ 0,86	R$ 103,50
1	303	MOTILIUM 10 MG CPR	UN	120,00	R$ 1,72	R$ 207,00
1	304	MYTEDOM 10 MG CPR	UN	60,00	R$ 2,16	R$ 129,54
1	305	NEOMICINA 5 MG/G + BACITRACINA 250UI/G POMADA BISNAGA 10G	UN	480,00	R$ 5,03	R$ 2.415,02
1	306	NESINA 25 MG CPR	UN	240,00	R$ 7,26	R$ 1.742,11
1	307	NIFEDIPINO 10MG CPR	UN	1200,00	R$ 0,13	R$ 153,00
1	308	NIFEDIPINO RETARD 20MG CPR	UN	300,00	R$ 0,28	R$ 84,75
1	309	NIMESULIDA 100MG CPR	UN	3500,00	R$ 0,11	R$ 385,00
1	310	NISTATINA 25.000UI/G CREME VAGINAL 60G + 10 APLICADORES	UN	210,00	R$ 8,25	R$ 1.732,50
1	311	NITAZOXANIDA 500MG CPR	UN	1060,00	R$ 1,84	R$ 1.953,05
1	312	NITROPRUSSETO DE SODIO 50MG PÓ P/ SOLUÇÃO INJETAVEL	UN	6,00	R$ 19,73	R$ 118,39
1	313	NORADRENALINA 2MG/ML OU EQUIVALENTE	UN	40,00	R$ 1,64	R$ 65,46
1	314	NORTRIPTILINA 25MG CPR	UN	120,00	R$ 0,20	R$ 23,80
1	315	NUTREN SENIOR 400 G	UN	2,00	R$ 112,93	R$ 225,86
1	316	OCITOCINA 5UI/ML, AMPOLA 1ML	UN	100,00	R$ 3,99	R$ 398,75
1	317	ÓCULOS DE PROTEÇÃO EM MATERIAL TRANSPARENTE, COM PELÍCULA ANTI-EMBASSANTE, FECHADO LATERALMENTE	UN	24,00	R$ 5,74	R$ 137,66
1	318	OLANZAPINA 10 MG CPR	UN	120,00	R$ 0,81	R$ 96,64
1	319	ÓLEO DE IMERSÃO 100ML	UN	2,00	R$ 34,35	R$ 68,70
1	320	OMEPRAZOL 20MG CPR	UN	11312,00	R$ 0,11	R$ 1.244,32
1	321	OMEPRAZOL SODICO PO LIOF.SOL.INJ. ADL	UN	410,00	R$ 8,94	R$ 3.664,38
1	322	ONDANSETRONA INJ. 4MG AP 2ML	UN	260,00	R$ 1,16	R$ 302,12
1	323	OTOSCÓPIO MÉDIO	UN	1,00	R$ 613,76	R$ 613,76
1	324	OXALATO DE ESCITALOPRAM 10MG CPR	UN	600,00	R$ 0,23	R$ 140,40
1	325	OXALATO DE ESCITALOPRAM 20MG CPR	UN	600,00	R$ 0,40	R$ 241,50
1	326	OXCARBAMAZEPINA 300MG CPR	UN	3000,00	R$ 0,80	R$ 2.415,00
1	327	OXCARBAZEPINA 600MG CPR	UN	1200,00	R$ 4,59	R$ 5.511,00
1	328	OXIMETRO DE DEDO	UN	7,00	R$ 77,55	R$ 542,82
1	329	PAMELOR 50 MG CPR	UN	120,00	R$ 0,59	R$ 70,74
1	330	PAMELOR 75 MG CPR	UN	60,00	R$ 3,71	R$ 222,75
1	331	PANTOPRAZOL 20MG CPR	UN	448,00	R$ 0,27	R$ 122,53
1	332	PANTOPRAZOL 40MG CPR	UN	448,00	R$ 0,24	R$ 109,54
1	333	PAPEL FILTRO QUALITATIVO PACOTE C\ 100 UNIDADE .	PACOTE	2,00	R$ 35,75	R$ 71,50
1	334	PAPEL GRAU CIRURGICO 20CMX100M	UN	16,00	R$ 89,38	R$ 1.430,00

1	335	PAPEL GRAU CIRURGICO 25CMX100M	UN	16,00	R$ 108,12	R$ 1.729,94
1	336	PAPEL KRAFT LAMINADO - bobina de 80g 60cm	UN	6,00	R$ 167,82	R$ 1.006,90
1	337	PAPEL PARA ELETROCARDIOGRAMA 216MMX30M	UN	5,00	R$ 24,86	R$ 124,30
1	338	PAPEL PARA ULTRASSOM MARCA: SONY, TYPE V (HIGH GLOSSY)UPP-110HG , 110MM X 18M	UN	1,00	R$ 247,50	R$ 247,50
1	339	PARACETAMOL 200MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS 15 ML	UN	240,00	R$ 1,25	R$ 300,36
1	340	PARACETAMOL 500MG + CODEINA 30MG CPR	UN	1200,00	R$ 0,62	R$ 741,96
1	341	PARACETAMOL 500MG CPR	UN	2800,00	R$ 0,13	R$ 363,44
1	342	PARACETAMOL 750MG CPR	UN	4200,00	R$ 0,14	R$ 577,50
1	343	PARÁTESTE FORMALINA 5 % (COLETOR DE FEZES) PACOTE 25 UNIDADE .	UN	9,00	R$ 177,44	R$ 1.597,00
1	344	PAROXETINA 20MG CPR	UN	3060,00	R$ 0,32	R$ 969,41
1	345	PCR LÁTEX (PROTEÍNA C REATIVA) PRONTO USO - REAGENTE COM 01 VIDRO EM CADA CAIXA.	Unidade	2,00	R$ 84,04	R$ 168,09
1	346	PCR LÁTEX (PROTEÍNA C REATIVA). KIT COMPLETO REAGENTE COM CONTROLE .	KIT	2,00	R$ 122,75	R$ 245,50
1	347	PILOCARPINA 4% FRASCO 10ML	UN	1,00	R$ 70,44	R$ 70,44
1	348	PINÇA ANATÔMICA DISSEÇAO COM SERRILHA	UN	1,00	R$ 50,31	R$ 50,31
1	349	PIPETADOR VOLUME MANUAL PI PUMP (PARA USO COM PIPETAS DE VIDRO OU PLÁSTICO)	UN	1,00	R$ 52,26	R$ 52,26
1	350	POLIETILENOGLICOL 400 + PROPILENOGLICOL + HIDROXIPROPILGUAR FRASCO 15ML MIRUGELL OU SIMILAR	UN	1,00	R$ 89,12	R$ 89,12
1	351	POLIVINIL PIRROLIDONA IODO (P.V.P.I. TÓPICO), FRASCO 1000ML	UN	6,00	R$ 47,07	R$ 282,42
1	352	POLIVINIL PIRROLIDONA IODO + LAURIL ETER SULFATO DE SÓDIO - (P.V.P.I. DEGERMANTE), FRASCO 1000ML	UN	4,00	R$ 52,11	R$ 208,45
1	353	PONTEIRA AMARELA 0-200UL PACOTE COM 1000 UNIDADES	UN	4,00	R$ 16,54	R$ 66,17
1	354	PONTEIRA AZUL 100 - 1000 UL PACOTE COM 1000 UNIDADES	UN	4,00	R$ 70,44	R$ 281,75
1	355	PRANCHA LONGA	UN	1,00	R$ 68,14	R$ 68,14
1	356	PRANCHA PARA RESGATE EM POLIETILENO ADULTO + CINTO DE IMOBILIZAÇÃO KIT C/ 3 PEÇAS	UN	1,00	R$ 82,50	R$ 82,50
1	357	PREDNISOLONA 3MG/ML SOLUÇÃO - FRASCO 100ML	UN	102,00	R$ 8,77	R$ 894,80
1	358	PREDNISONA 20MG CPR	UN	2400,00	R$ 0,23	R$ 542,40

1	359	PREDNISONA 5MG CPR	UN	3400,00	R$ 0,07	R$ 224,40
1	360	PREGABALINA 75MG CPR	UN	900,00	R$ 0,32	R$ 284,85
1	361	PROPOFOL (1%) 10MG/ML 20 ML IV	UN	5,00	R$ 10,51	R$ 52,54
1	362	PROPRANOLOL 40MG CPR	UN	1300,00	R$ 0,06	R$ 71,50
1	363	PRYSMA 3 MG CPR	UN	120,00	R$ 5,45	R$ 653,80
1	364	REAGENTE HIV PARA DETECÇÃO DE ANTICORPOS DOS ISÓTIPOS (IGG , IGM E IGA) ESPECÍFICOS PARA HIV-1 E HIV-2 .	CAIXA	2,00	R$ 67,56	R$ 135,12
1	365	REAGENTE PARA TIPAGEM SANGUÍNEA ANTI-B (QUE TEM COMO COR AMARELO).	UN	2,00	R$ 34,79	R$ 69,59
1	366	REANIMADOR AUT. TIPO AMBU C/ RES. ADL	UN	1,00	R$ 142,36	R$ 142,36
1	367	REANIMADOR AUT. TIPO AMBU S/ RES. ADL	UN	1,00	R$ 155,76	R$ 155,76
1	368	REANIMADOR AUT. TIPO AMBU S/ RES. INF	UN	1,00	R$ 153,06	R$ 153,06
1	369	ROSUVASTATINA CALCICA 10MG CPR	UN	720,00	R$ 0,22	R$ 158,26
1	370	ROSUVASTATINA CALCICA 20MG CPR	UN	720,00	R$ 0,33	R$ 238,18
1	371	ROSUVASTATINA CALCICA 5MG CPR	UN	720,00	R$ 0,29	R$ 207,00
1	372	ROZAPINA 15 MG CPR	UN	120,00	R$ 3,79	R$ 454,26
1	373	SACO BRANCO LEITOSO PARA RESÍDUO HOSPITALAR INFECTANTE 100 L	UN	2000,00	R$ 0,45	R$ 891,60
1	374	SACO BRANCO LEITOSO PARA RESÍDUO HOSPITALAR INFECTANTE 30 L	UN	2000,00	R$ 0,24	R$ 489,00
1	375	SACO BRANCO LEITOSO PARA RESÍDUO HOSPITALAR INFECTANTE 40 L	UN	2000,00	R$ 0,20	R$ 396,60
1	376	SACO BRANCO LEITOSO PARA RESÍDUO HOSPITALAR INFECTANTE 60 L	UN	2000,00	R$ 0,26	R$ 528,00
1	377	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL PÓ ENVELOPE COM 27,9 GRAMAS	UN	1000,00	R$ 1,02	R$ 1.021,00
1	378	SAPATILHA PRO-PÉ OU SIMILAR DESCATÁVEL 20G, PACOTE C/ 100 UNIDADEADES	UN	80,00	R$ 12,94	R$ 1.035,00
1	379	SECNIDAZOL 1000 G CPR	UN	400,00	R$ 1,99	R$ 796,80
1	380	SELOZOK 25 MG CPR	UN	240,00	R$ 1,79	R$ 429,00
1	381	SERINGA 01 ML DESC. C/ AGULHA	UN	6000,00	R$ 0,21	R$ 1.239,00
1	382	SERINGA 03 ML DESC. C/ AGULHA	UN	8100,00	R$ 0,36	R$ 2.895,75
1	383	SERINGA 05 ML DESC. C/ AGULHA	UN	8100,00	R$ 0,37	R$ 3.009,15
1	384	SERINGA 10 ML DESC. C/ AGULHA	UN	8000,00	R$ 0,42	R$ 3.338,40
1	385	SERINGA 20 ML DESC. C/ AGULHA	UN	5100,00	R$ 0,65	R$ 3.301,23
1	386	SIMETICONA GOTAS 75MG/ML	UN	440,00	R$ 1,55	R$ 683,67
1	387	SINVASTATINA 20MG CPR	UN	1060,00	R$ 0,10	R$ 107,06
1	388	SINVASTATINA 40MG CPR	UN	3060,00	R$ 0,20	R$ 615,98
1	389	SOL. FISIOL. 0,9% 100 ML FRASCO SISTEMA FECHADO	UN	1800,00	R$ 2,94	R$ 5.298,30
1	390	SOL. FISIOL. 0,9% 250 ML FRASCO SISTEMA FECHADO	UN	1200,00	R$ 3,95	R$ 4.744,20

1	391	SOL. FISIOL. 0,9% 500 ML FRASCO SISTEMA FECHADO	UN	1200,00	R$ 4,81	R$ 5.775,00
1	392	SOL. GLICOSADA 5% 500 ML FRASCO SISTEMA FECHADO	UN	500,00	R$ 6,88	R$ 3.437,50
1	393	SOL. RINGER LACTADO 500ML FRASCO SISTEMA FECHADO	UN	500,00	R$ 8,62	R$ 4.312,50
1	394	SOL. RINGER SIMPLES 500 ML FRASCO SISTEMA FECHADO	UN	1200,00	R$ 7,15	R$ 8.580,00
1	395	SOLUÇÃO SALINA (CLORETO DE SÓDIO 0,9%) COM 30 ML	UN	1,00	R$ 1,15	R$ 1,15
1	396	SOMALGIN CARDIO 100 MG CPR	UN	300,00	R$ 0,41	R$ 123,00
1	397	SONDA ASPIRAÇÃO Nº 04	UN	20,00	R$ 0,62	R$ 12,38
1	398	SONDA ASPIRAÇÃO Nº 08	UN	20,00	R$ 1,00	R$ 20,08
1	399	SONDA ASPIRAÇÃO Nº 12	UN	20,00	R$ 0,66	R$ 13,20
1	400	SONDA ASPIRAÇÃO Nº 16	UN	20,00	R$ 0,83	R$ 16,63
1	401	SONDA ASPIRAÇÃO Nº 20	UN	64,00	R$ 1,45	R$ 92,93
1	402	SONDA ASPIRAÇÃO Nº 24	UN	20,00	R$ 1,71	R$ 34,22
1	403	SONDA DE FOLEY Nº . 10	UN	100,00	R$ 2,63	R$ 262,73
1	404	SONDA DE FOLEY Nº . 12	UN	100,00	R$ 2,72	R$ 272,25
1	405	SONDA DE FOLEY Nº . 14	UN	100,00	R$ 2,85	R$ 284,63
1	406	SONDA DE FOLEY Nº . 16	UN	100,00	R$ 2,40	R$ 240,13
1	407	SONDA DE FOLEY Nº . 18	UN	100,00	R$ 2,39	R$ 238,85
1	408	SONDA DE FOLEY Nº . 6	UN	100,00	R$ 2,85	R$ 284,63
1	409	SONDA DE FOLEY Nº . 8	UN	20,00	R$ 2,56	R$ 51,15
1	410	SONDA NASOENTERICA	UN	60,00	R$ 12,79	R$ 767,63
1	411	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA Nº 10	UN	60,00	R$ 0,57	R$ 34,05
1	412	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA Nº 18	UN	60,00	R$ 1,01	R$ 60,38
1	413	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 04	UN	60,00	R$ 1,16	R$ 69,87
1	414	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 10	UN	60,00	R$ 0,96	R$ 57,75
1	415	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 16	UN	60,00	R$ 2,07	R$ 124,20
1	416	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 18	UN	60,00	R$ 2,37	R$ 142,32
1	417	SONDA NASOGASTRICA LONGA Nº 8	UN	60,00	R$ 0,82	R$ 49,50
1	418	SONDA PARA ALIMENTAÇÃO ENTERAL MODELO DOBBHOFF	UN	4,00	R$ 299,00	R$ 1.196,00
1	419	SONDA URETRAL Nº 04	UN	200,00	R$ 0,59	R$ 118,80
1	420	SONDA URETRAL Nº 06	UN	200,00	R$ 0,56	R$ 111,10
1	421	SONDA URETRAL Nº 08	UN	200,00	R$ 0,62	R$ 124,10
1	422	SONDA URETRAL Nº 10	UN	200,00	R$ 0,57	R$ 113,50
1	423	SONDA URETRAL Nº 12	UN	200,00	R$ 0,61	R$ 121,56
1	424	SONDA URETRAL Nº 14	UN	200,00	R$ 0,69	R$ 138,00
1	425	SONDA URETRAL Nº 16	UN	200,00	R$ 0,89	R$ 178,80
1	426	SORO CONTROLE N	UN	2,00	R$ 390,98	R$ 781,96
1	427	SUCCINATO DE METOPROLOL 100MG CPR	UN	60,00	R$ 0,99	R$ 59,40
1	428	SUCCINATO DE METOPROLOL 50MG CPR	UN	60,00	R$ 0,92	R$ 55,20

1	429	SULFAMETOXAZOL + TRIMETROPINA 400MG/80MG CPR	UN	1200,00	R$ 0,23	R$ 279,00
1	430	SULFAMETOXAZOL 40 MG + TRIMETROPINA 8MG/ML SUSP. 100ML	UN	110,00	R$ 4,74	R$ 521,82
1	431	SULFATO DE ATROPINA 0,5MG/ML, AMPOLA 1ML	UN	60,00	R$ 4,22	R$ 253,43
1	432	SULFATO DE GENTAMICINA 20MG/2ML, AMPOLA 2ML	UN	140,00	R$ 1,20	R$ 168,14
1	433	SULFATO DE GENTAMICINA 80MG/2ML, AMPOLA 2ML	UN	200,00	R$ 1,20	R$ 240,20
1	434	SULFATO DE MAGNESIO 100MG/ML	UN	200,00	R$ 1,33	R$ 266,80
1	435	SULFATO DE SALBUTAMOL 100MCG JATO-DOSE FRASCO 200 DOSES + ADAPTADOR	UN	8,00	R$ 15,67	R$ 125,35
1	436	SULFATO DE TERBUTALINA, AMPOLA 1ML	UN	100,00	R$ 1,51	R$ 150,95
1	437	SULFATO FERROSO 25MG/5ML XRP FRASCO. 120ML	UN	200,00	R$ 4,24	R$ 847,50
1	438	SULFATO FERROSO 40MG CPR	UN	2200,00	R$ 0,07	R$ 159,06
1	439	TALA ARAMADA EM EVA - UTILIZADA EM RESGATE PARA IMOBILIZAÇÃO DE MEMBROS - TAMANHO: G	UN	4,00	R$ 16,63	R$ 66,51
1	440	TALA ARAMADA EM EVA - UTILIZADA EM RESGATE PARA IMOBILIZAÇÃO DE MEMBROS - TAMANHO: M	UN	4,00	R$ 11,67	R$ 46,67
1	441	TALA ARAMADA EM EVA - UTILIZADA EM RESGATE PARA IMOBILIZAÇÃO DE MEMBROS - TAMANHO: P	UN	4,00	R$ 9,43	R$ 37,73
1	442	TALA ARAMADA EM EVA - UTILIZADA EM RESGATE PARA IMOBILIZAÇÃO DE MEMBROS - TAMANHO: PP	UN	4,00	R$ 9,18	R$ 36,74
1	443	TEGRETOL CR 200 MG CPR	UN	300,00	R$ 1,65	R$ 495,00
1	444	TELA DE MARLEX EM PROPILENO 26CMX36CM	UN	1,00	R$ 77,10	R$ 77,10
1	445	TENOXICAN INJ.20MG F/A IM/IV	UN	400,00	R$ 6,76	R$ 2.706,00
1	446	TERMOMETRO CLINICO DIGITAL	UN	18,00	R$ 11,21	R$ 201,82
1	447	TERMOMETRO DIGITAL COM CABO EXTENSOR MAX.E MIM.(P/ GELADEIRA)	UN	6,00	R$ 85,66	R$ 513,96
1	448	TERMOMETRO DO TIPO TERMOHIDROMETRO, COM MARCAÇÃO DE MÁXIMA E MÍNIMA, ALÉM DE UMIDADE.COM SENSOR EXTERNO	UN	3,00	R$ 86,14	R$ 258,43
1	449	TERMOMETRO P/ ESTUFA ESTERIÇIZAÇAO A SECO ESCALA INTERNA -10 +210 °C	UN	1,00	R$ 270,11	R$ 270,11
1	450	TESOURA CABO DE PLÁSTICO STAILESS 24 CM	UN	2,00	R$ 83,92	R$ 167,83
1	451	TESOURA RETA COM PONTA ROMBA 19CM - UTILIZADA EM RESGATE PARA CORTAR VESTES	UN	1,00	R$ 37,38	R$ 37,38

1	452	TESTE BIOLOGICO PARA AUTOCLAVE	UN	22,00	R$ 76,19	R$ 1.676,12
1	453	TESTE RÁPIDO TROPONINA KIT COM 25 TESTES	UN	8,00	R$ 158,12	R$ 1.265,00
1	454	TIMER DIGITAL COM CRONÔMETRO E ALARME SONORO CONTAGEMM PROGRESSIVA E REGERSSIVA DE 99 MIN 59SEG	UN	1,00	R$ 149,83	R$ 149,83
1	455	TIRANTE PARA TESTA - UTILIZADO PARA IMOBILIZAÇÃO EM PRANCHA LONGA DE RESGATE	UN	2,00	R$ 82,50	R$ 165,00
1	456	Tiras para Controle de Glicemia Accu-Chek Active com 50 unidades	UN	232,00	R$ 56,06	R$ 13.006,50
1	457	TOPIRAMATO 100 MG CPR	UN	60,00	R$ 0,40	R$ 24,03
1	458	TRILEPTAL 600 MG CPR	UN	60,00	R$ 1,02	R$ 61,05
1	459	TRIMEDAZINA MR 35 MG CPR	UN	120,00	R$ 4,24	R$ 508,50
1	460	TUBO CITRATO DE SÓDIO 3, 2 % 1.8 ML SILICONADO (TAMPA AZUL) 100 UNIDADES .	UN	2,00	R$ 94,88	R$ 189,75
1	461	TUBO DE ENSAIO 12 X 75 4 ML (VIDRO)	UN	40,00	R$ 16,39	R$ 655,60
1	462	TUBO DE SILICONE PARA OXIGÊNIO 4MM INTERNO 8MM EXTERNO	UN	1,00	R$ 250,79	R$ 250,79
1	463	TUBO EDTA K3 4ML SILICONADO (TAMPA LILÁS) 100 UNIDADES.	CAIXA	10,00	R$ 38,73	R$ 387,30
1	464	TUBO FLUORETO DE SÓDIO 4 ML SILICONADO (TAMPA CINZA) 100 UNIDADES.	UN	10,00	R$ 53,94	R$ 539,35
1	465	TUBO GEL SEPARADOR TAMPA AMARELA 5 ML CAIXA COM 100 UNIDADES	UN	4,00	R$ 113,99	R$ 455,95
1	466	TUBO HEPARINA TAMPA VERDE DE 4 ML CAIXA COM 100 UNIDADES	UN	1,00	R$ 49,77	R$ 49,77
1	467	tubo para centrífuga (cônico) de vidro graduado 12 ml	UN	8,00	R$ 0,43	R$ 3,45
1	468	TUBO SITRATO DE SÓDIO 3,2% TAMBA PRETA CAIXA COM 100 UNIDADES	UN	1,00	R$ 86,99	R$ 86,99
1	469	UBO DE UROFITA PRODMOL 10 DLU (TIRAS PARA URINÁLISE), CADA TUBO CONTENDO 150 TIRAS.	CAIXA	4,00	R$ 90,37	R$ 361,48
1	470	UMIDIFICADOR 02 C/EXT.MASC.METAL	UN	2,00	R$ 9,24	R$ 18,48
1	471	UREIA 250-500 DET ENZIMATICA	UN	4,00	R$ 189,76	R$ 759,06
1	472	VALSARTANA160MG CPR	UN	210,00	R$ 0,63	R$ 132,89
1	473	VARFARINA SÓDICA 5MG CPR	UN	30,00	R$ 0,21	R$ 6,34
1	474	VASELINA LÍQUIDA 1000ML	UN	1,00	R$ 40,19	R$ 40,19
1	475	VELIFIT OD 37,5 MG CPR	UN	400,00	R$ 1,42	R$ 566,60
1	476	VELIJA 60 MG CPR	UN	260,00	R$ 6,46	R$ 1.678,30
1	477	VENLAFAXINA 150MG CPR	UN	420,00	R$ 2,60	R$ 1.091,58
1	478	VENLAFAXINA 75MG CPR	UN	420,00	R$ 0,60	R$ 253,60
1	479	VILDAGLIPTINA 50MG+CLORIDRATO DE METFORMINA 1000MG CPR	UN	784,00	R$ 4,94	R$ 3.870,22

1	480	VITAMINA B12 500MCG CPR	UN	200,00	R$ 2,08	R$ 416,96
1	481	ZOLPIDEM 10MG CAIXA CPR	UN	780,00	R$ 0,16	R$ 123,47
						R$ 653.342,12

1.2. Nos termos da Lei 14.133/2021 e do artigo 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, o objeto licitado será destinado à participação ampla (cujo valor do item esteja acima de 80.000,00) e participação exclusiva para microempresas (ME) e Empresas de Pequeno porte (cujo valor do item seja de até 80.000,00).

1.3. O valor máximo estimado da contratação é de **R$ 653.342,12 (seiscentos e cinquenta e três mil, trezentos e quarenta e dois reais e doze centavos).**

1.3.1. As despesas decorrentes da eventual contratação serão custeadas com recursos oriundos dos Processos nº 202300010003085 e nº 202300006013504, observada a disponibilidade orçamentária e financeira do Município.

1.4. A adjudicação deverá ser feita pelo menor preço por item.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente justificativa tem por finalidade demonstrar a necessidade da contratação, por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), de empresa especializada para o fornecimento, sob demanda, de medicamentos, insumos laboratoriais, hospitalares e odontológicos, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Buriti de Goiás, conforme os Processos nº 202300010003085 e nº 202300006013504, de acordo com as especificações constantes nas planilhas e no Termo de Referência – Anexo I do Edital.

2.2.O Município de Buriti de Goiás possui população estimada em 2.464 habitantes, cuja maioria é usuária do Sistema Único de Saúde (SUS). Embora o município disponha de uma estrutura satisfatória de Atenção Primária à Saúde, a elevada dependência da população pelos serviços públicos de saúde gera demanda contínua e crescente por consultas, procedimentos, exames e atendimentos de urgência, exigindo o fornecimento permanente de medicamentos e insumos indispensáveis à assistência à saúde.

2.3.A aquisição dos materiais por meio do Sistema de Registro de Preços mostra-se a solução mais adequada, uma vez que os produtos possuem consumo variável e dependem diretamente da demanda dos serviços prestados pelas unidades de saúde. Tal modalidade permite aquisições parceladas, conforme a necessidade da Administração, evitando a formação de estoques excessivos, reduzindo perdas decorrentes do vencimento de medicamentos e materiais, além de proporcionar maior eficiência na gestão dos recursos públicos.

2.4.A contratação é imprescindível para garantir o abastecimento regular das Unidades Básicas de Saúde, do Laboratório Municipal, dos serviços odontológicos e dos demais estabelecimentos vinculados à Secretaria Municipal de Saúde, assegurando a continuidade dos atendimentos e evitando a interrupção dos serviços por falta de medicamentos e insumos essenciais.

2.5.A ausência desses produtos comprometeria significativamente a prestação dos serviços de saúde, ocasionando descontinuidade dos tratamentos, cancelamento de procedimentos, prejuízos ao diagnóstico e acompanhamento dos pacientes, além de aumentar o risco de agravamento do quadro clínico dos usuários, impactando negativamente a qualidade da assistência ofertada à população.

2.6.Dessa forma, a contratação pretendida visa assegurar melhores condições de atendimento, proporcionando maior agilidade, eficiência, segurança e qualidade na prestação dos serviços públicos de saúde, contribuindo para a ampliação do acesso às ações de promoção, prevenção, diagnóstico, tratamento e recuperação da saúde da população do Município de Buriti de Goiás.

2.7.Além disso, o Sistema de Registro de Preços encontra amparo nos princípios da economicidade, eficiência, planejamento e continuidade do serviço público, permitindo à Administração realizar aquisições conforme a efetiva necessidade, mantendo o equilíbrio entre disponibilidade dos materiais e racionalização dos gastos públicos.

2.8.Assim, resta plenamente justificada a necessidade da contratação, por meio de Registro de Preços, de empresa especializada para o fornecimento de medicamentos e insumos laboratoriais, hospitalares e odontológicos, considerando tratar-se de aquisição essencial ao regular funcionamento da rede municipal de saúde e à garantia da continuidade dos serviços prestados à população.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS

3.1. Os bens a serem adquiridos são definidos como de natureza comum, de acordo com a Lei 14.133/2021.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1. O fornecimento dos medicamentos, insumos laboratoriais, hospitalares e odontológicos será realizado de forma parcelada, sob demanda, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde de Buriti de Goiás, mediante emissão de Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente, observados os quantitativos e as especificações constantes do Termo de Referência.

4.2. O prazo máximo para entrega será de até 03 (três) dias úteis, contados do recebimento da respectiva Ordem de Fornecimento pela CONTRATADA, salvo disposição específica estabelecida no Edital ou situação excepcional devidamente justificada e aceita pela Administração.

4.2.1. O prazo estabelecido justifica-se pela natureza essencial dos medicamentos e insumos objeto da contratação, indispensáveis à continuidade dos atendimentos e procedimentos realizados pela rede municipal de saúde, sendo compatível com o Sistema de Registro de Preços, que possibilita o fornecimento conforme a necessidade da Administração e pressupõe capacidade logística adequada por parte das empresas fornecedoras.

4.2.2. As entregas deverão ocorrer no local, data e horário indicados na respectiva Ordem de Fornecimento, observadas as orientações da Secretaria Municipal de Saúde.

4.3. A entrega deverá ser realizada na Secretaria Municipal de Saúde de Buriti de Goiás, em horário de expediente, das 08h às 17h, ou em outro local previamente indicado pela Administração, conforme a necessidade de cada unidade de saúde.

4.4. Os produtos deverão ser entregues acompanhados de Nota Fiscal, contendo informações suficientes para sua identificação e conferência, especialmente descrição do item, marca, fabricante, quantidade, lote e prazo de validade, quando aplicável.

4.5. Os medicamentos, reagentes, materiais e demais insumos deverão ser novos, originais, de primeiro uso, íntegros, lacrados e adequadamente acondicionados, sem sinais de violação, avarias, adulteração, contaminação, deterioração ou qualquer outra condição que comprometa sua qualidade, segurança ou utilização.

4.6. Os produtos deverão atender rigorosamente às especificações, características, apresentações, unidades de fornecimento e demais condições estabelecidas no Termo de Referência e nas respectivas Ordens de Fornecimento, não sendo admitido o fornecimento de produto diverso sem prévia autorização da Administração.

4.7. Os medicamentos, produtos para saúde, reagentes laboratoriais, saneantes e demais produtos sujeitos à regulamentação sanitária deverão estar devidamente registrados, cadastrados ou notificados junto à ANVISA, conforme exigência da legislação aplicável, sendo vedado o fornecimento de produtos com registro suspenso, cancelado, vencido ou em situação sanitária irregular.

4.7.1. A CONTRATADA deverá apresentar, sempre que solicitada pela Administração, documentação comprobatória da regularidade sanitária dos produtos, bem como registros, notificações, autorizações, licenças, certificados ou demais documentos exigíveis para sua comercialização e fornecimento.

4.8. Os produtos que possuírem prazo de validade deverão ser entregues com validade mínima de 06 (seis) meses, contados da data de entrega, salvo comprovada indisponibilidade no mercado, devidamente justificada pela CONTRATADA e previamente autorizada pela Administração.

4.8.1. Não serão aceitos produtos vencidos, próximos do vencimento, deteriorados ou que apresentem condições inadequadas de conservação, salvo hipótese excepcional expressamente autorizada pela Administração.

4.8.2. As embalagens dos produtos deverão apresentar, quando aplicável, de forma legível e indelével, no mínimo, identificação do produto, fabricante ou laboratório, número do lote, data de fabricação, prazo de validade, número de registro ou regularização sanitária e condições de armazenamento e conservação.

4.9. Os materiais estéreis, incluindo luvas cirúrgicas, lâminas, fios de sutura, sondas e demais produtos dessa natureza, deverão ser entregues em embalagens íntegras, lacradas e

adequadamente identificadas, preservando-se suas condições de esterilidade e segurança até o momento da utilização.

4.10. Os reagentes e insumos laboratoriais deverão ser entregues em condições adequadas de conservação, dentro do prazo de validade e em conformidade com as especificações do fabricante, devendo ser compatíveis com os equipamentos e metodologias indicados no Termo de Referência, quando houver exigência específica.

4.11. Os medicamentos e demais produtos que necessitem de condições especiais de conservação deverão ser transportados e entregues observando-se rigorosamente as condições de temperatura, umidade, luminosidade e demais requisitos definidos pelo fabricante e pela legislação sanitária aplicável.

4.11.1. O transporte, armazenamento e manuseio dos medicamentos deverão observar as Boas Práticas de Armazenamento, Distribuição e Transporte, garantindo a manutenção das condições adequadas de temperatura, umidade, conservação e integridade físico-química dos produtos, em conformidade com as normas da ANVISA aplicáveis, especialmente a RDC nº 304/2019 e a RDC nº 430/2020, ou normas supervenientes que venham a substituí-las ou atualizá-las.

4.12. A CONTRATADA será integralmente responsável pela qualidade, procedência, autenticidade, segurança, regularidade sanitária e conformidade técnica dos medicamentos e insumos fornecidos, respondendo por quaisquer danos ou prejuízos decorrentes do fornecimento de produtos inadequados ou em desacordo com as exigências estabelecidas.

4.13. Será exigida garantia contra vícios, defeitos e não conformidades de fabricação, contada a partir do recebimento definitivo dos itens, ficando a CONTRATADA responsável por todos os custos decorrentes de substituição, transporte, retirada, manuseio e demais correções necessárias, sem qualquer ônus para a Administração.

4.14. Constatada qualquer divergência, defeito, avaria, alteração, suspeita de falsificação, adulteração, desvio de qualidade ou desconformidade com as especificações do Termo de Referência, o produto poderá ser recusado, total ou parcialmente, devendo a CONTRATADA providenciar sua substituição no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas da notificação, às suas expensas e sem prejuízo das penalidades cabíveis.

4.15. A CONTRATADA deverá fornecer, sempre que solicitada, fichas técnicas, laudos, certificados de qualidade, registros sanitários, documentos de procedência e demais informações necessárias à conferência e aceitação dos produtos pela Administração.

4.16. A CONTRATADA não poderá transferir a terceiros, total ou parcialmente, as responsabilidades decorrentes da Ata de Registro de Preços ou dos contratos dela decorrentes, sem prévia e expressa autorização da Administração, permanecendo integralmente responsável pela execução do objeto.

4.17. Todas as despesas diretas e indiretas necessárias ao fornecimento, incluindo transporte, frete, carga, descarga, seguros, tributos, embalagens, substituições, encargos trabalhistas, previdenciários e demais custos incidentes, correrão por conta exclusiva da CONTRATADA.

4.18. O recebimento dos produtos será realizado inicialmente de forma provisória, para conferência quantitativa e qualitativa, e posteriormente de forma definitiva, após a verificação de sua conformidade com as especificações, quantidades, condições de apresentação e demais requisitos estabelecidos no Termo de Referência.

4.19. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA por vícios, defeitos, falhas de fabricação, irregularidades sanitárias ou quaisquer desconformidades que venham a ser identificadas posteriormente, nos termos da legislação aplicável e das condições estabelecidas na contratação.

4.20. Por se tratar de Registro de Preços, os quantitativos constantes do Termo de Referência possuem caráter estimativo, não obrigando a Administração à aquisição integral dos itens registrados, sendo os fornecimentos realizados exclusivamente conforme a necessidade efetiva da Secretaria Municipal de Saúde e mediante emissão das respectivas Ordens de Fornecimento.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada.

5.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

6.1.1.1. Garantir que todos os medicamentos entregues sejam novos, originais, íntegros, lacrados, com validade mínima exigida, devidamente identificados por lote, data de fabricação e registro na ANVISA.

6.1.1.2. Manter condições adequadas de armazenamento, transporte e conservação dos medicamentos, atendendo às Boas Práticas definidas pela ANVISA, especialmente no que se refere à temperatura, umidade e proteção contra contaminação.

6.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.2. Apresentar, sempre que solicitado, laudos, certificados, comprovações sanitárias e demais documentos técnicos que atestem a qualidade, conformidade e regularidade dos produtos fornecidos.

6.2.1. Cumprir todas as normas sanitárias, ambientais e regulatórias aplicáveis ao setor farmacêutico, incluindo as determinações da ANVISA, CONAMA e demais órgãos competentes.

6.2.2. Manter atualizadas todas as licenças, autorizações e registros exigidos para o exercício de suas atividades, especialmente Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) e demais documentos correlatos.

6.2.3. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

6.2.4. Manter canal de comunicação acessível e eficiente com o gestor e o fiscal do contrato, atendendo prontamente às solicitações, esclarecimentos técnicos e notificações oficiais.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 117 da Lei n° 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de

imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.3.1. Constatando-se a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

10.7. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta junto aos órgãos oficiais para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº3, de 26 de abril de 2018.

10.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à

inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.12. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX) I = (6 / 10) I = 0,00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6%

366

11. DO REAJUSTE

11.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da datal imite para a apresentação das propostas.

11.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice INPC exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11..4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

11.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.8. O reajuste será realizado por apostilamento ou termo aditivo de alteração contratual.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que:

13.1.1. Deixar de executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

13.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

13.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

13.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

13.1.5. Cometer fraude fiscal;

13.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

13.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

13.3. Multa moratória de 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

13.3.1. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.3.2. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

13.3.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

13.3.4. Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da Administração Municipal pelo prazo de até 5 anos;

13.3.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Termo de Referência.

13.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcira Contratante pelos prejuízos causados;

13.4. As sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.3.3, 13.3.4 e 13.3.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

13.5. Também ficam sujeitas às penalidades da Lei nº 14.133/2021, as empresas ou profissionais que:

13.5.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

13.5.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

13.5.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
12.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14.DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1. As despesas com a contratação estão previstas na seguinte dotação:

Secr. de Saúde 01.28.2.081.10.122. 3.3.90.30 - Ficha 200

Atenção Básica 01.28.2.073.10.301.3.3.90.30 - Ficha 218

SAMU 01.28.2.102.10.302.3.3.90.30 - Ficha 244

Hospitalar 01.28.2.074.10.302.3.3.90.30 - Ficha 235

O presente termo foi elaborado pela equipe técnica da Secretaria de Saúde e segue aprovado pela autoridade competente abaixo assinado.

ROBIÇON ANTÔNIO BUENO
Secretário Municipal de Saúde

PREGÃO ELETRÔNICO SRP 019/2026

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Empresa:

CNPJ:

Endereço:

Cidade:

Estado:

Fone:

Fax:

E-mail:

Para fins de Pagamento:

Banco:

Agência:

C/Corrente:

Prazo de validade desta proposta: 60 (sessenta) dias.

Prazo de entrega/execução do(s) material(is)/serviços: XX (XXXX) dias a contar do recebimento da Nota de empenho

Declaramos que no preço proposto estão incluídas todas as despesas ou encargos de qualquer natureza resultante da execução do objeto licitado, considerando os itens entregues/executados no Local indicado neste Edital Declaramos ainda que concordamos com todos os termos do Edital Pregão SRP n.º 019/2026 e seus Anexos.

LOTE	SEQUENCIA	PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

Preço Total por extenso:

Local, XX de XXXX de 2026

.....
Representante Legal da Empresa

PREGÃO ELETRÔNICO SRP 019/2026

ANEXO III

DECLARAÇÃO CONJUNTA

A inscrita no CNPJ sob nº , por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). , portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº DECLARA:

1. Que tomou conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações do objeto da licitação;

2. Para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;

3. Que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4. Que não se encontra declarada inidônea, nem suspensa ou impedida de licitar e contratar com a Administração Pública;

5. Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na CF/88, leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação;

6. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social;

7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos II e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da CF/88;

8. Que nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

9. Que na composição societária não existe participação de dirigente e/ou empregados da entidade promotora da licitação;

10. O e-mail: , como sendo o oficial da licitante para recebimento de comunicações, convocações e notificações.

11. Que caso vencedora os dados do representante legal da licitante que deverão constar na minuta do contrato/ata de registro de preços para formalização são:

Nome: , CPF: , RG: .

(LOCAL DO ESTABELECIMENTO), de XXXXXXXXXXXXX de 2026.

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)

PREGÃO ELETRÔNICO SRP 019/2026

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESADE PEQUENO PORTE

A empresa XXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ: sediada à Rua, n.º , com sede na Cidade de , por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) , portador (a) da Carteira de Identidade nº e de CPF nº..... DECLARA para todos os fins sob as sanções administrativas cabíveis e sob penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

( ) MICROEMPRESA, conforme Inciso I, art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006;

( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II, art. 3º da lei Complementar nº123/12006. DECLARA ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de janeiro de 2006.

(LOCAL DO ESTABELECIMENTO), de XXXXXXXXXXX de 2026.

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)

OBS.: A declaração acima deverá ser assinalada com um “X”, ratificando-se a condição jurídica da empresa licitante e ter a assinatura do representante legal.

PREGÃO ELETRÔNICO SRP 019/2026

ANEXO V

MINUTA DE CONTRATO Nº ...../2026

PROCESSO ADM. Nº 1119/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2026

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BURITI DE GOIÁS, Estado de Goiás, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ (MF) sob N.º ....., sediada na Rua ----------, Buriti de Goiás - GO, neste ato representada pelo senhor, ..., brasileiro, inscrito no CPF nº ---------- e portador do RG Sob o nº----------, residente e domiciliado na cidade de .....,, Estado do .....,, no gozo de seus plenos direitos doravante denominado de CONTRATANTE e de outro ....., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ: ....., estabelecida na..... Neste ato representado pelo Sr....., residente e domiciliado na..... Doravante designada simplesmente CONTRATADO.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL O presente instrumento contratual está fundamentado na Pregão Eletrônico nº__2026 com fulcro na lei de licitações e contratos administrativos nº. 14.133 de 1º de abril de 2021, Decreto municipal nº__ /2021 que regulamenta aplicação da lei 14.133/2021 no âmbito do município de Buriti de Goiás, nos princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado e nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Registro de Preço, para contratação, sob demanda, de empresa especializada no fornecimento de medicamentos e insumos laboratoriais, hospitalares e odontológicos, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Buriti de Goiás, através dos Processos nº 202300010003085 e Processo nº 202300006013504 conforme especificações constantes nas planilhas e Termo de Referência – Anexo I, do Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR E DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

LOTE	SEQUENCIA	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PAGAMENTOS

3.1. Os pagamentos serão efetuados, em até 30 dias após o fornecimento dos produtos prestados e da nota fiscal;

3.2. Para a execução do pagamento de que trata o item anterior o CONTRATADO deverá fazer constar na nota fiscal, o número do contrato ou do documento habil com a descrição do objeto, sem rasura, em nome da CONTRATANTE, o número de sua conta bancária, o nome do Banco e a respectiva Agência em que deverá ser creditado o valor devido pela remuneração apurada.

3.3. Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à licitante vencedora, pelo responsável da solicitação e o pagamento ficará pendente até que aquela providencie as devidas correções. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou representação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE;

3.4. É obrigação do CONTRATADO de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta, conforme art. 92º, inciso XVI da lei nº. 14.133/2021.

3.5. O pagamento será efetuado por meio de ordem transferência bancaria em nome do CONTRATADO.

CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA DE EXECUÇÃO

4.1. O fornecimento de medicamentos, insumos laboratoriais, hospitalares e odontológicos será realizado de forma parcelada e sob demanda, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, mediante emissão de Ordem de Fornecimento.

4.2. O prazo máximo para entrega será de 03 (três) dias úteis, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento, no local, horário e condições nela estabelecidos.

4.3. Os produtos deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, novos, originais, lacrados e com embalagens íntegras, devidamente identificados com lote, fabricação, validade e registro ou regularização sanitária, quando aplicável, atendendo integralmente às especificações do Termo de Referência e à legislação vigente.

4.4. Os medicamentos e insumos deverão possuir validade mínima de 06 (seis) meses a contar da data da entrega, salvo justificativa e autorização prévia da Administração, não sendo aceitos produtos vencidos, deteriorados, adulterados, com embalagem violada ou em condições inadequadas de conservação.

4.5. Os produtos sujeitos à vigilância sanitária deverão estar devidamente regularizados junto à ANVISA, quando exigível, e ser provenientes de fabricantes ou distribuidores regularmente autorizados, observadas as normas sanitárias e as Boas Práticas de Armazenamento, Distribuição e Transporte, especialmente as RDC nº 304/2019 e nº 430/2020, ou normas que as substituam.

4.6. O transporte, armazenamento e manuseio deverão preservar a qualidade, integridade e características físico-químicas dos produtos, observadas as condições de temperatura, umidade, conservação e demais orientações do fabricante.

4.7. Será exigida garantia contra vícios, defeitos ou não conformidades de fabricação, contada a partir do recebimento definitivo, ficando a CONTRATADA responsável pelos custos de substituição, transporte e manuseio dos produtos que apresentarem irregularidades.

4.8. Os produtos em desacordo com as especificações, com defeitos, avarias ou irregularidades sanitárias serão recusados e deverão ser substituídos pela CONTRATADA, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a notificação, sem qualquer ônus para a Administração.

4.9. A CONTRATADA será integralmente responsável pela qualidade, procedência, regularidade sanitária e conformidade dos produtos fornecidos, devendo apresentar, quando solicitada, registros, fichas técnicas, laudos, certificados e demais documentos necessários à sua conferência.

4.10. Todas as despesas decorrentes do fornecimento, inclusive transporte, frete, tributos, seguros, embalagens, carga, descarga e substituição de produtos, correrão por conta exclusiva da CONTRATADA.

4.11. As entregas serão realizadas na Secretaria Municipal de Saúde, das 08h às 17h, ou em outro local expressamente indicado na Ordem de Fornecimento.

4.12. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA por vícios, defeitos, irregularidades ou prejuízos decorrentes do fornecimento inadequado dos produtos.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (A)

As obrigações da CONTRATADO (A):

5.1. Executar e cumprir fielmente o Contrato em estrita conformidade com todas as disposições contidas neste termo;

5.2. Possuir quantitativos suficiente para atender as necessidades da CONTRATANTE a partir da data de assinatura do Contrato, de forma regular sem interrupções, observando todas as normas específicas da legislação vigente com referência a execução do objeto;

5.3. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente termo, sem a prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

5.4. Comprovar, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, à quitação das obrigações trabalhistas, previdenciária, tributárias e fiscais, como condição à percepção do valor faturado;

5.5. Enviar á CONTRATANTE Nota Fiscal com a discriminação do fornecimento realizado;

5.6. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que por ventura possam vir a ocorrer, nos termos da Lei;

5.7. A CONTRATADA deverá apresentar-se sempre que a CONTRATANTE convocar;

5.8. A CONTRATADA deverá arcar com todas as despesas, independente da natureza, para o fornecimento contratado.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

As obrigações da CONTRATANTE:

6.1. Providenciar os pagamentos devidos ao CONTRATADO, nos prazos estipulados, e de acordo com as Notas Fiscais/Faturas emitidas e atestados a prestação dos serviços pelo responsável pela fiscalização;

6.2. Fiscalizar e acompanhar a prestação dos serviços, por intermédio de servidor designado especialmente para este fim;

6.3. Comunicar ao CONTRATADO, através do executor designado, toda e quaisquer irregularidades ocorridas na prestação dos serviços e exigir as devidas providências que demandem do CONTRATADO;

6.4. Designar o responsável pelo acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços;

6.5. Atestar a execução da prestação dos serviços efetivamente realizada e conforme as especificações técnicas dos serviços;

6.6. Fornecer ao CONTRATADO os elementos necessários à defesa de seus direitos, sejam documentos, procurações, certidões etc., sempre que se fizer necessário e assim que lhes for solicitado;

6.7. Arcar com todas as despesas e custas necessárias ao fiel desempenho do contrato e dele decorrentes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

O prazo de vigência desta contratação dar-se-á de sua assinatura até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRECIMOS E SUPRESSÕES

8.1. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas conforme o art. 124 da lei 14.133/2021;

8.2. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei 14.133/2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento) conforme art. 125 da lei 14.133/2021;

8.3. A formalização do termo aditivo é condição para a execução, pelo contratado, das prestações determinadas pela Administração no curso da execução do contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês conforme art. 132 da lei 14.133/2021.

CLÁUSULA NONA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS

As despesas decorrentes desta contratação ocorrerão por conta das seguintes dotações orçamentaria:

CLÁUSULA DECIMA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. As infrações e sanções administrativa será aplicada ao contratado conforme o previsto nos artigos 155 e 156 da lei nº 14. 133/2021;

10.2. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do art. 156 Lei nº 14.133/2021, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;

10.3. Em órgão ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão a que se refere ao item anterior será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. Da aplicação das sanções previstas nos incisos I, II e III do art. 156 da Lei 14.133/2021 caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação conforme art. 166 da lei 14.133/2021;

11.2. O recurso de que trata o item anterior será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos;

11.3. Da aplicação da sanção prevista no inciso IV do art. 156 da lei 14.133/2021 caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento conforme art. 167 da lei 14.133/2021;

11.4. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente conforme art. 168 da lei 14.133/2021;

11.5. Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DOS CONTRATOS

12.1.A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará sua rescisão, com as consequências contratuais, de acordo com o disposto nos Artigos 137 a 139 da Lei n.º 14.133/2021. Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

13.1.A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição, conforme o disposto no art. 117 da lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

14.1. Para a eficácia da contratação a mesma deverá ser publicada conforme segue:

14.2. Quando a divulgação obrigatória dos atos exigidos pela citada Lei Nº 14.133/2021 no PNCP se referir a aviso, autorização ou extrato, a publicidade dar-se-á através de sua publicação no Diário Oficial do Município, sem prejuízo de sua tempestiva disponibilização no sistema de acompanhamento de contratações do Tribunal de Contas local, se houver;

14.3. Quando a divulgação obrigatória dos atos exigidos pela citada Lei Nº 14.133/2021 no PNCP se referir a inteiro teor de documento, edital, contrato ou processo, a publicidade dar-se-á através de sua disponibilização integral e tempestiva no Portal da Transparência do Município, sem prejuízo de eventual publicação no sistema de acompanhamento de contratações do Tribunal de Contas local, se houver.

CLÁUSULA DECIMA QUINTA - DISPOSIÇÕES FINAIS

Fica eleito o Foro da Comarca de Sanclerlância - GO, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento deste instrumento.

E, por estarem assim justas e acertadas, celebram o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor, para um só efeito, sem rasuras ou emendas, o qual vai assinado pelas partes, as quais se obrigam a cumpri-lo.

Buriti de Goiás, Estado do Goiás, ... de ..... de .....

CONTRATANTE: .....

CONTRATADA:.....

TESTEMUNHAS

1) NOME

CPF.:

2) NOME

CPF.:

PREGÃO ELETRÔNICO SRP 019/2026

ANEXO VI

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O(A).....(órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços), com sede no(a) ....., na cidade de ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) ..... (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº ..... de ..... de ..... de 202..., publicada no ..... de ..... de ..... de ....., portador da matrícula funcional nº .....,, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ...../202..., publicada no ..... de ...../...../202....., processo administrativo n.º ....., RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de ..... , especificado(s) no(s) item(ns)..... do ..... Termo de Referência, anexo ..... [do edital de Licitação nº ...../20...] ou [do Aviso da Contratação Direta nº], que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
LOTE	**SEQUENCIA**	**DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**MARCA**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**

2.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1 O órgão gerenciador será o .....(nome do órgão) ....

3.2 {Além do gerenciador, não há [ou] São} órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1 apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2 demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3 consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2 A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1 O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3 Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4 O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5 O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 5.2 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021. 5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.3.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

5.3.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.3.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.3.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazêlo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. RENOVAÇÃO DOS QUANTITATIVOS

6.1. Em consonância com o entendimento consolidado no Enunciado nº 42 do Conselho da Justiça Federal e respaldado pelo Parecer nº 00075/2024/Decor/CGU/AGU, a prorrogação da Ata de Registro de Preços poderá implicar na renovação dos quantitativos inicialmente registrados.

6.2. A renovação dos quantitativos estará limitada ao quantitativo originalmente registrado, não sendo admitido acréscimo superior ao previsto inicialmente. A renovação deverá respeitar o planejamento anual das contratações, conforme estabelecido no artigo 12, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

6.3. A renovação dos quantitativos será formalizada por meio de termo aditivo à Ata de Registro de Preços, que deverá conter:

a) A confirmação da manutenção da vantajosidade dos preços;

b) A atualização dos quantitativos renovados;

c) A ratificação das demais condições da Ata, salvo disposições em contrário;

d) A assinatura das partes envolvidas, com a devida publicação, quando exigido.

6.4. A prorrogação da Ata de Registro de Preços e a renovação dos quantitativos deverão observar todas as disposições legais pertinentes, incluindo a Lei nº 14.133/2021 e as orientações da Advocacia-Geral da União, garantindo a legalidade, transparência e eficiência nas contratações públicas.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

7.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

7.1.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

8.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.2.2 Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

8.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

8.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

9.2 O remanejamento somente poderá ser feito:

9.2.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

9.2.2 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

9.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

9.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

9.5 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9.6 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

9.7 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item

8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

10. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

10.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

10.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

10.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

10.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

10.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

10.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

10.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

10.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

10.4.1 Por razão de interesse público;

10.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

10.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

11. DAS PENALIDADES

11.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

11.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

11.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

11.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

12. CONDIÇÕES GERAIS

12.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL OU AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA.

12.2 No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver). Local e data Assinaturas Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s).

Buriti de Goiás, XX de XXXXXXXX de 2026.

Valide a assinatura deste documento em https://buritidegoias.megasoftservicos.com.br//cidadao/autenticar-assinatura com o código: 0dc6d3